

CADERNOS PARA O FUTURO

1

Temas para uma Agenda de
Desenvolvimento





Temas para uma Agenda de Desenvolvimento

Cadernos para o Futuro - 1

Porto Alegre, outubro de 2016



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: José Ivo Sartori

Vice-Governador: José Paulo Dornelles Cairoli

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretário: Cristiano Tatsch

Secretário Adjunto: José Reovaldo Oltramari

Chefe de Gabinete: Mário Rache Freitas

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Diretor: Antonio Paulo Cargnin

Diretora Adjunta: Carla Giane Soares da Cunha

Organizadores: Antonio Paulo Cargnin (coordenador), Carla Giane Soares da Cunha, Luciana Dal Forno Gianluppi

Equipe técnica: Aida Dresseno da Silveira, Ana Maria de Aveline Bertê, Bruno de Oliveira Lemos, Fernando Maya Mattoso, Irma Carina Brum Macolmes, Juliana Feliciati Hoffmann, Katiuscia Ramos de Freitas, Lauren Lewis Xerxenevsky, Marlise Margô Henrich, Milton Limberger, Paulo Victor Marocco Milanez, Rosanne Lipp João Heidrich, Silvia Leticia Lorenzetti, Suzana Beatriz de Oliveira

Revisão: Marlise Margô Henrich

Assessoria de Comunicação: Fabíola Bach

Capa: Priscila Barbosa Ely

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Futuro RS: agenda de desenvolvimento: temas para uma agenda de desenvolvimento: cadernos para o futuro 1 / Departamento de Planejamento Governamental - RS. – N. 1. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, 2016.

62 p.: il.

ISBN impresso 978-85-89443-02-9

ISBN online 978-85-89443-03-6

1. Ciência Política. 2. Planejamento governamental. I. Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título. III. Série.

CDU 320

Apresentação.....	4
1 Introdução.....	6
2 Revisão das propostas apresentadas nos últimos 30 anos.....	8
2.1 Relatório Sayad.....	8
2.2 Projeto RS 2010.....	11
2.3 Marco Referencial do PPA 2004-2007.....	14
2.4 Estudos de Desenvolvimento Regional e Logística para o RS - Rumos 2015.....	15
2.5 Agenda Estratégica 2020.....	26
2.6 Pacto pelo Rio Grande.....	33
2.7 Sociedade Convergente.....	35
2.8 Apontamentos para uma Agenda de Desenvolvimento da Economia Gaúcha.....	38
2.9 RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial.....	41
3 Temas para uma agenda de desenvolvimento do Estado do RS.....	45
3.1 O envelhecimento da população gaúcha e as políticas para a saúde e a educação.....	45
3.2 Alternativas para o aumento da produtividade da agropecuária.....	47
3.3 Desafios e alternativas para a superação dos gargalos de infraestrutura no Estado.....	49
3.4 Alternativas para a dinamização da indústria de transformação.....	50
3.5 Perspectivas para o desenvolvimento regional e o equilíbrio territorial.....	53
3.6 O futuro das cidades e a sustentabilidade.....	54
3.7 Inteligência e tecnologias para qualificação da segurança do RS.....	56
3.8 Alternativas para as finanças públicas do Estado.....	56
4 Referências.....	59

ANEXO 1 - Comparativo Planos de Longo Prazo RS

Pensar o futuro é mais que sonhar, é buscar um caminho. As dificuldades que enfrentamos em nosso cotidiano não podem significar a perda da conexão com o futuro, com um projeto para o desenvolvimento do Estado. Este é o propósito que move o Governo do Estado do Rio Grande do Sul ao lançar o projeto **Futuro RS**.

O **Futuro RS** tem como objetivo apresentar uma agenda de desenvolvimento propositiva, para o horizonte de 2040, tratando de construir soluções para temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado.

Nas últimas décadas, os governos têm tratado de conhecer melhor o Estado e identificar os gargalos e as oportunidades que se constituíam em obstáculo para o desenvolvimento. Ao longo de anos, sempre com a melhor das intenções e com diferentes enfoques, os governos têm se preocupado em propor uma agenda de desenvolvimento. Foram realizados estudos com amplos diagnósticos e diretrizes. A análise desses trabalhos nos mostra que os problemas pouco mudaram. Conhecemos bem nossas dificuldades, mas temos que ter ousadia para propor soluções para seu equacionamento. Temos que empreender esforços no sentido de buscar novas soluções ou qualificar as propostas já delineadas. Esse é o sentido do **Futuro RS**.

O projeto propõe um conjunto de debates sobre temas estratégicos, com o objetivo de encontrar soluções e elaborar propostas, para que possamos ter uma direção certa para o futuro. Serão realizados nove seminários sobre temas estratégicos, identificados com base no acúmulo de mais de 20 anos de estudos já realizados. Os seminários reunirão especialistas, instituições e entidades dispostas a colaborar com cada uma das temáticas.

Os encontros deverão debater os seguintes temas:

* O envelhecimento da população gaúcha e as consequências e desafios para as políticas públicas: saúde e educação.

* Alternativas para o aumento da produtividade da agropecuária.

* Desafios e alternativas para a superação dos gargalos de infraestrutura no Estado.

* Alternativas para o desenvolvimento do Estado a partir da dinamização da indústria de transformação.

* Alternativas para o desenvolvimento regional e equilíbrio territorial.

* O futuro das cidades e a sustentabilidade.

* Limites e possibilidades da inteligência e do uso de tecnologias para qualificação da segurança do Estado.

* Alternativas para as finanças públicas do Estado.

Os resultados, depois de consolidados, serão publicados nos **Cadernos para o Futuro**, contendo propostas para o desenvolvimento do Estado em cada uma das temáticas. As propostas, depois de submetidas ao debate com a sociedade e com as instâncias de Governo, serão implementadas.

Esperamos, com o **Futuro RS**, além de contribuir para a construção de uma agenda de desenvolvimento para o Estado do Rio Grande do Sul, criar as condições para realizar mudanças que nos auxiliem a sair da crise em que vivemos e nos conduzam a um caminho seguro pelo qual possamos trilhar as próximas décadas.

José Ivo Sartori

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Cristiano Tatsch

Secretário do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul apresenta um histórico significativo de planos de longo prazo visando ao desenvolvimento socioeconômico estadual. Este volume resgata esse histórico e apresenta uma síntese desses planos, produzidos pelo Estado e pela Sociedade Civil nos últimos 30 anos. O projeto busca construir estratégias que possam fazer frente aos problemas e tirar partido das oportunidades que as características do Estado oferecem. Nesse sentido, foram selecionados nove temas, com base nos planos de longo prazo já elaborados. Esses temas são recorrentes e devem merecer uma atenção especial, para que, de sua discussão, possam ser extraídos elementos para uma agenda de desenvolvimento para o Estado do Rio Grande do Sul.

Desse modo, o primeiro **Caderno para o Futuro – Temas para uma Agenda de Desenvolvimento Regional** está organizado em duas partes. A primeira, compreende uma revisita às propostas apresentadas nos planos já desenvolvidos pelo Estado. A segunda, apresenta os temas que serão objeto do **Futuro RS** e faz uma problematização inicial.

O primeiro plano abordado é o **Relatório Sayad**, apresentado à imprensa em 1989, encomendado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). O Plano oferecia uma série de propostas voltadas, em sua maior parte, ao setor público estadual. Posteriormente, é apresentado o **RS 2010**, elaborado pelo Estado do Rio Grande do Sul em 1998, em um contexto de retomada da estabilidade econômica com o Plano Real. Esse plano deu início a uma prática dos governos estaduais de elaboração de planos de longo prazo como subsídio para o planejamento formal, representado pelo Plano Plurianual e pelo Orçamento.

O **Marco Referencial do PPA 2004-2007**, produzido em 2002, objetivava uma reavaliação da metodologia de planejamento utilizada pelo Estado do Rio Grande do Sul, alinhando-a às inovações ocorridas em nível federal desde o PPA 2000-2003.

O **Estudo para o Desenvolvimento Regional e Logística para o Rio Grande do Sul – Rumos 2015**, elaborado entre 2004 e 2006, apresentou um amplo diagnóstico sobre a questão regional e a logística do Estado, também produzindo estratégias e projetos com enfoque territorial.

A **Agenda 2020**, iniciativa empresarial que teve sua origem no ano de 2006 e visou à formulação de uma agenda para o desenvolvimento estadual, também é abordada, através de seu Caderno de Propostas do ano de 2014.

Em seguida, são apresentadas duas iniciativas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: o **Pacto pelo Rio Grande**, de 2006, e o **Sociedade Convergente**, de 2008, objetivando a elaboração de propostas, com a participação da Sociedade Civil, relacionadas à gestão e aos serviços públicos estaduais e ao desenvolvimento socioeconômico gaúcho.

Em 2010, foi elaborado o projeto **Apontamentos para uma Agenda de Desenvolvimento da Economia Gaúcha**, publicado no periódico da Secretaria denominado **Estudos DEPLAN**. A proposta visava à qualificação dos programas produzidos para o Plano Plurianual 2012-2015. Por fim, é analisado o trabalho de planejamento de longo prazo mais recente realizado pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN), em parceria com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o estudo **RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial**, que oferece uma abordagem prospectiva sobre o território gaúcho, com diagnósticos e cenários para o Estado com horizonte do ano de 2030.

Com base na análise dos estudos supracitados, foram selecionados nove temas recorrentes: o envelhecimento da população gaúcha e as políticas para a saúde; o envelhecimento da população gaúcha e as políticas para a educação; alternativas para o aumento da produtividade da agropecuária; desafios e alternativas para a superação dos gargalos de infraestrutura no Estado; alternativas para a dinamização da indústria de transformação; perspectivas para o desenvolvimento regional e equilíbrio territorial; o futuro das cidades e a sustentabilidade; a inteligência e o uso de tecnologias para qualificação da segurança do Estado; e alternativas para as finanças públicas do Estado.

Esses temas serão objeto das oficinas organizadas pela SEPLAN no âmbito do **Futuro RS**. O objetivo central é avançar na construção de propostas para sua solução, no horizonte de 2040.

2 REVISÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

2.1 Relatório Sayad

Apresentado à imprensa em janeiro de 1989, o texto foi encomendado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul e expôs as recomendações dos empresários ao setor público gaúcho.

O documento era composto por dois volumes: “Eficácia na Administração”, que apresentava um resumo esquematizado das recomendações; e “Avaliação do Setor Público”, que expunha o diagnóstico sob os enfoques organizacional e econômico-financeiro e as recomendações de forma detalhada.

Metodologia de Elaboração

Relatório elaborado por grupo técnico contratado pela FIERGS.

Propostas elaboradas

- Funções de recursos humanos e modernização administrativa: formação e desenvolvimento de recursos humanos, montagem de um eficiente sistema de informações que atendesse às necessidades de decisões do Governo, reorganização da estrutura do Estado de acordo com redefinições de seu papel e funções, e reconstituição das atividades de planejamento de médio e longo prazos. Nesse sentido, a Secretaria da Administração deveria estar ligada ao Gabinete do Governador como uma assessoria.

- Funções de planejamento: foi recomendado que o Orçamento Estadual fosse utilizado como instrumento de planejamento. Assim, a sua elaboração deveria ser de responsabilidade da Secretaria do Planejamento.

- Funções de fomento e suporte ao desenvolvimento econômico: extinção do INSTUCARNES, transferência da AGASA, PROGASA e IRGA para cooperativas de produtores, e da VINOSUL e da Festa da Uva para as prefeituras municipais de suas sedes, privatização da CORLAC, integração das atividades de armazenamento do DEPREC à CESA, transferência da CR-TUR para uma estrutura independente, que seria responsável pelas funções de Cultura e Turismo, fusão das Secretarias da Indústria e Comércio com a de Ciência e Tecnologia, criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento para coordenar a ação de fomento e suporte ao desenvolvimento da agricultura, agroindústria e indústria.

- Funções de promoção do turismo e da cultura: criação de uma Secretaria específica que agregasse os órgãos CR-TUR, TVE e Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, e transferência da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e do Teatro São Pedro para a prefeitura de Porto Alegre.

- Funções sociais: integração das estruturas e atribuições da Fundação Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra e da Fundação Gaúcha do Trabalho.

- Funções de desenvolvimento urbano e regional: integração da COHAB à função de desenvolvimento e ocupação do solo urbano, em trabalho coordenado com a METROPLAN, e sua retirada da função social.

- Sistema Financeiro Estadual: redução dos lucros do BANRISUL através do aumento das reservas para liquidação de créditos duvidosos. Quanto à estrutura organizacional, recomendava-se: integração do sistema financeiro estadual, sob comando do BANRISUL; preparação para transformar as instituições financeiras estaduais em banco múltiplo. Se a opção fosse de preservação da Caixa Estadual enquanto instituição independente, deveria ser obtida autorização para operar com pessoas jurídicas e redirecionar sua rede de agências para praças com melhor potencial econômico, deixando para o BANRISUL a opção de atender a uma parcela maior das comunidades gaúchas.

- Sistema Tributário Estadual:

- > Redução de forma paulatina da concessão de prazos especiais de recolhimento do ICMS, com reavaliação da situação dos setores, da sua maturidade, bem como do ônus dessa concessão aos cofres públicos.

- > Aumento da penalização por atrasos de curto prazo no recolhimento do ICMS, de forma que não representassem um ganho financeiro ao contribuinte.

- > Recuperação do valor histórico das taxas cobradas pelo serviço público, através de sua correção equivalente à correção monetária do período.

- > Agilização da cobrança da dívida na esfera judicial.

- > Criação de um sistema de planejamento e normatização dos procedimentos administrativos, através de manuais que disciplinassem a extensão dos processos operacionais.

- > Estruturação de um sistema de informação que atendesse a todo o sistema tributário.

- Recomendações sobre as estatais:

- > Área de energia: observação das orientações dadas pelo Plano de Recuperação do Setor Elétrico – que tinha como objetivo principal a recuperação da capacidade própria de investimento do setor, aumentando gradativamente a taxa de remuneração das empresas, capitalizando o setor e possibilitando a rolagem do serviço da dívida; e pelo Plano 2010 – que contemplava os investimentos previstos para atender à demanda do sistema. Ainda, recomendava que a CEEE buscasse outras fontes de financiamento, tais como a cooperação da iniciativa privada em pequenos aproveitamentos fora do Plano 2010; financiamento para projetos específicos; coparticipação do Banco Mundial no plano de investimentos da empresa; possibilidade de sobretarifa para financiar os investimentos; e investimento em uma política de conservação de energia.

- > Área de mineração: estudo da viabilidade de a CRM atuar na área do carvão siderúrgico, com a participação da iniciativa privada. Não havendo possibilidade de exploração comercial de carvão siderúrgico, que fosse analisada a possibilidade de integração da CRM ao programa termoelétrico.

- > Área de telecomunicações: transferência da CRT para o Sistema TELEBRAS.

- > Área de transportes: desmobilização do ativo e da estrutura organizacional regional do CINTEA e do DAER, transferindo responsabilidade para os municípios manterem e construírem estradas vicinais; extinção do CINTEA, com a transferência dos ativos para o DAER; fusão do DAER e do CINTEA – com uma estrutura organizacional mais leve, que seria responsável pelo gerenciamento dos serviços de execução e conservação das estradas-tronco.

- > Área de armazenagem: integração das atividades de armazenamento do DEPREC à CESA; revisão do plano de investimento para a implantação de novas unidades de armazenamento, considerando seu impacto na capacidade dinâmica de escoagem e as tendências de crescimento da produção de grãos que demandam uma melhor qualidade de armazenagem; estudo da possibilidade de participação da iniciativa privada no plano de investimento da CESA.

> Área de saneamento básico: financiamento dos serviços com custos financeiros e administrativos menores, especialmente com maior participação de recursos tributários, a fundo perdido, para o setor; atuação do Governo Federal no planejamento e fomento ao saneamento básico; atuação descentralizada dos organismos governamentais nas operações dos sistemas com maior participação das prefeituras; renegociação profunda dos termos atuais da dívida da CORSAN com a Caixa Econômica Federal, incluindo taxa de juros, prazo de amortização, comissões de agente financeiro, prazos de carência, etc.

- Recomendações sobre pessoal:

- > Vinculação das despesas de pessoal a uma porcentagem do total da arrecadação líquida do ICMS.

- > Proibição de toda e qualquer admissão de novos funcionários.

- > Aplicação, em toda a Administração, do sistema de lotação que estava sendo implantado na Secretaria da Educação.

- > Adoção de um novo sistema de remuneração, reduzindo a importância do tempo de serviço e valorizando os critérios de promoção por mérito.

- > Levantamento da situação de cada funcionário ativo e inativo e pensionista para dimensionar os custos da inatividade. Estudo da possibilidade de que funcionários regidos pelo regime celetista deixassem de contribuir para o IPERGS e passassem para o INPS.

- > Realização de estudo para a implantação de estatuto mais unificado de todo o funcionalismo, com maior uniformização e redução de vantagens particulares.

- > Melhoria nas informações de caráter gerencial e diminuição do automatismo na concessão de vantagens.

2.2 Projeto RS 2010

Publicado no ano de 1998, o Projeto RS 2010 significou um passo importante para a retomada da atividade de planejamento de longo prazo no Estado, após anos de instabilidade. Acima de tudo, representou uma nova forma de se desenvolver a atividade de planejamento, tratando de suas dimensões global, estratégica e participativa e pondo fim à ideia de planejamento tecnocrático.

Significou também a retomada da construção de uma estratégia de longo prazo para o Estado. Ressalte-se que as perspectivas e objetivos de longo prazo passaram a se tornar viáveis somente em função do novo cenário de estabilidade econômica. Na época, havia o entendimento de que o RS vivia um quadro de esgotamento de sua matriz econômica, que perdia competitividade. A saída seria uma profunda mudança dessa matriz, para o que a vinda de montadoras era fundamental.

As múltiplas dimensões do RS 2010 foram desenvolvidas em discussões públicas, a fim de compor a visão de conjunto da problemática estadual e lançar as bases para uma estratégia de desenvolvimento. O Projeto procurou ampliar os horizontes de planejamento, para além de seus instrumentos formais, quais sejam o Orçamento Anual e o Plano Plurianual, este último pensado para um período de quatro anos. Desse modo, projetou os temas para um período de 10 anos, na época 2010.

O RS 2010 foi concebido com o objetivo de prospectar as tendências de desenvolvimento na década seguinte e sugerir algumas orientações estratégicas com relação às opções que os setores público e privado deveriam adotar.

Resultou na elaboração e publicação de 14 documentos. Um contendo **Notas para uma Estratégia**, um de **Cenários** e 12 temáticos, com diagnósticos setoriais centrados nas análises do comportamento, da reação e das estratégias de atuação dos atores econômicos e sociais frente ao novo cenário de estabilidade da moeda e de abertura da economia. Os cadernos compreendiam as seguintes áreas de interesse: **Agregados Macroeconômicos e Balança Comercial; Agribusiness; Indústria; Comércio e Turismo; Desequilíbrios Regionais; Emprego; Pobreza Rural; Pobreza Urbana; Educação; Setor Financeiro; Infraestrutura; e Capacitação Competitiva.**

Metodologia de elaboração

Para abrir a discussão sobre o futuro econômico do Estado e estimular a interação das lideranças nas áreas governamental, empresarial, laboral e acadêmica, foi montada uma agenda de encontros, debates e seminários voltados à sensibilização e à busca do comprometimento de outros órgãos públicos e privados no esforço de pensar o Rio Grande na perspectiva de longo prazo.

Em paralelo, agregou-se conhecimento técnico da área governamental e de consultores. Também foi firmado convênio com a UFRGS para colaborar com especialistas em documentos específicos.

Foram elaborados três cenários pelos consultores contratados, e estudos temáticos, pelo grupo técnico constituído, resultando em 12 cadernos. Os cenários econômicos para o Estado retratavam hipóteses de continuidade de crescimento histórico, tendência de reconcentração industrial no entorno de São Paulo e perspectiva de crescimento centrado no “ciclo de investimentos” e na melhoria da infraestrutura.

Os documentos foram discutidos em 15 eventos no interior do Estado e na Capital, com objetivo de confrontar a análise técnica com o sentimento e a opinião da sociedade.

Por último, houve uma tentativa de consolidação por meio de seminários. Em sua grande maioria, tratavam-se de diagnósticos setoriais, com diretrizes e proposições gerais.

Principais questões levantadas pelo RS 2010

- Na agropecuária, o estudo mostrava que a produção de grãos, base da agricultura rio-grandense, enfrentaria sérios problemas com a concorrência dupla e crescente do desenvolvimento do Centro-Oeste e do chamado Cerrado Setentrional e, internacionalmente, poderia ser impactada pelo aumento da produção das províncias do norte da Argentina. Também indicava a preocupação com os efeitos da globalização em segmentos como a carne, calçados e vinhos e propunha a reconversão da produção para uma agropecuária mais moderna e competitiva.

- Na indústria e capacitação competitiva, o estudo se preocupava com o comportamento dos segmentos tradicionais da estrutura industrial gaúcha, colocando o desafio de atrair investimentos para a indústria existente, evitando a segmentação entre setores novos e competitivos e setores tradicionais e decadentes. Também defendia uma política de atração de indústrias de alta tecnologia e segmentos líderes do crescimento da economia brasileira, principalmente metal-mecânico, de material de transportes, de material elétrico, de comunicações e químico.

- Questionava, também, os efeitos multiplicadores dos novos investimentos e os efeitos na produção perante os incentivos oferecidos.
- O estudo discutia, ainda, a questão regional, preocupado com a concentração na Região Metropolitana de Porto Alegre e com a estagnação e a falta de dinamismo do sul e do norte do Estado.
- Na educação, manifestava a preocupação com a qualificação da estrutura de ensino e a capacidade da rede pública de ensino de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico.
- Na área de energia, chamava atenção para o risco de colapso do sistema energético, mediante os investimentos insuficientes, a localização do Estado e a falta de integração do sistema elétrico brasileiro. Propunha o aumento da utilização da energia termelétrica, uma vez que o Estado dispunha de 88,8% das reservas de carvão do País, e esse segmento poderia gerar empregos, impostos e desenvolvimento. Manifestava preocupação com a chegada do gasoduto Bolívia/Brasil, do qual o Estado era o último utilizador, e defendia o fechamento de um anel com a vinda de gasodutos abastecidos pelos vizinhos sul-americanos.
- No que tange à matriz de transportes, chamava a atenção para o desequilíbrio da utilização da malha rodoviária em relação aos demais modais.
- Na área de saneamento, manifestava a preocupação com a melhoria dos investimentos, cujos indicadores do Estado ainda eram baixos.
- Na área de emprego, trazia recomendações como o estímulo à geração de emprego em áreas de infraestrutura e construção civil. Recomendava a criação de programa de renda mínima, ações para erradicação do trabalho infantil e estímulo a políticas de acesso ao crédito. Entre as questões para serem discutidas, colocava o impacto da criação do MERCOSUL, a sustentabilidade da reforma agrária e a necessidade de qualificação profissional.
- Na análise da pobreza urbana, o estudo reportava a necessidade de atenção especial para a Região Metropolitana de Porto Alegre, com ações de ordenamento e políticas de acesso à educação, ao trabalho, à moradia e à saúde.
- A pobreza rural também foi foco de análise. Salientavam-se as preocupações com as transformações no agribusiness e seu impacto na pequena propriedade, que apresentava forte endividamento e atraso tecnológico.

2.3 Marco Referencial do PPA 2004-2007

O documento Marco Referencial do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 foi publicado em novembro de 2002. Entre setembro de 2001 e setembro de 2002, foram realizados estudos cujo objetivo principal era reavaliar a metodologia de elaboração do PPA e subsidiar a base estratégica do plano seguinte.

No estudo, buscava-se o alinhamento com a metodologia para elaboração do PPA utilizada no Governo Federal desde 2000 e a integração entre Planejamento e Orçamento. O estudo também se preocupava em subsidiar o método de planejamento estratégico situacional, com todas as ações do Governo em Programas estruturados a partir da identificação de problemas.

O processo estudou a forma (experiências de programação em outros PPAs) e um conjunto de temas e problemas da realidade gaúcha e suas causas.

Os objetivos principais eram diagnosticar a *performance* secular e recente da economia gaúcha; avaliar o quadro atual da qualidade de vida da população; e identificar os principais desafios para a conquista de novos patamares de desenvolvimento econômico e social.

Metodologia de elaboração

O projeto foi elaborado a partir de discussões e seminários iniciando-se com uma análise crítica dos produtos do RS 2010 e tendo sequência com oficinas de problematização, organização de dados e textos setoriais elaborados por consultores contratados e técnicos da Secretaria do Planejamento.

Resultados

O trabalho foi publicado em meio digital (CD) e pouco avançou em termos de propostas. O material publicado foi organizado em três partes, a saber:

- PARTE 1 – Introdução e Síntese dos Resultados das Pesquisas e Estatísticas
- PARTE 2 – Informações e Análises Estatísticas
- PARTE 3 – Textos para Discussão

2.4 Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o RS - Rumos 2015

Atendendo à necessidade de combater as desigualdades regionais, foram iniciadas pelo Governo as tratativas para realização de estudos sobre a questão regional visando à proposição de uma estratégia de desenvolvimento, contendo instrumentos de planejamento regional mais focados e de fácil operação.

Para tanto, foram destinados recursos de financiamento já contratado, para a viabilização de uma licitação internacional, cujo contrato veio a ser celebrado em 18 de outubro de 2004, visando à elaboração de um amplo estudo sobre o desenvolvimento regional, que apresentasse estratégias e propostas para a construção de uma política regional. Desse processo, resultou o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Rio Grande do Sul (Rumos 2015).

Metodologia de elaboração

Estruturado através de dois componentes, Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes, seu objetivo foi construir um referencial teórico capaz de subsidiar a ação pública e privada no sentido de melhor enfrentar o desafio da busca do desenvolvimento, através de uma nova visão dessa realidade. Os resultados deveriam servir de base para a estruturação de políticas públicas e ações privadas relacionadas à redução das desigualdades regionais; aumento da competitividade econômica; melhorias na governança regional; e ampliação da capacidade logística do Rio Grande do Sul.

O estudo foi realizado por empresa consultora¹ e foi acompanhado por uma equipe governamental. A primeira etapa do trabalho compreendeu uma série de estudos setoriais sobre o ambiente natural, as infraestruturas existentes, a capacidade produtiva instalada nos diferentes setores econômicos, a dimensão social, as características e a qualificação da população e a dimensão político-institucional, sendo que esta envolveu desde questões culturais até o quadro institucional nas diferentes esferas. Posteriormente, foram realizadas modelagens econômicas e de transportes, que foram utilizadas para a construção de cenários de futuro, para elaboração das estratégias e das propostas de desenvolvimento. Os resultados do estudo e o plano de implementação previam, ainda, um banco de dados gerencial para avaliação e monitoramento de projetos.

¹O consórcio vencedor denominava-se Booz Allen/Hamilton/HLC.

²Metodologia de construção de visão estratégica e estratégias regionais a partir dos pontos fortes, debilidades, oportunidades e ameaças (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*).

O Rumos 2015 obedeceu à sequência de etapas do processo de planejamento, com detalhada avaliação ou diagnóstico, construção de cenários de futuro, aplicação da matriz SWOT², elaboração de visão estratégica e de estratégias e vasto portfólio de projetos. Os documentos foram organizados de acordo com a seguinte estrutura:

- Marco inicial: essa etapa correspondeu aos ajustes de enfoques, mobilização das equipes, organização das infraestruturas e comunicação entre consultora e cliente, bem como elaboração e compromisso do plano de trabalho.
- Avaliação: levantamento detalhado dos estudos existentes sobre a realidade gaúcha e elaboração de análises com vistas à identificação dos gargalos e elos faltantes. Foram estudadas as dimensões de organização territorial e governança, infraestrutura, dinâmica econômica, social, ambiental e demográfica, informação e conhecimento e, também, verificados os *benchmarks* para os diferentes setores econômicos.
- Elaboração de propostas: tendo como base a avaliação socioeconômica recente e o cenário tendencial, foram identificados os pontos fortes e fracos para cada uma das regiões e para o Estado. Esses elementos foram utilizados para a construção de objetivos estratégicos que consubstanciaram visão estratégica, estratégias, projetos e programas diferenciados e integrados regionalmente.
- Cenários de futuro: nessa etapa foi elaborado um cenário tendencial, considerando a situação atual, e um cenário propositivo, que incorporou o impacto setorial e regional do conjunto de projetos propostos para 2015.
- Plano de implementação: foram delineadas as condições de implementação dos resultados de gestão, institucionais, viabilidade de parcerias público-privadas, captação de recursos, mobilização de atores e previsão de mecanismo para implantação dos projetos.
- Sistema de monitoramento e avaliação: implantação de um sistema destinado a avaliar e monitorar a implementação dos projetos no nível de regiões e do Estado.
- Consultas e validações: essa etapa previa validações, consultas e contribuições, durante todo o processo de elaboração, de forma a obter maior aceitabilidade e mobilização para uma futura aplicação do plano.

³VAB – Valor Agregado Bruto.

Principais resultados do Rumos 2015 – Desenvolvimento Regional

- Levantamento das oportunidades e ameaças, restrições e potencialidades de cada Região Funcional (matriz SWOT).
- Identificação de nove estratégias para o desenvolvimento do Estado.
- Identificação de potencial de desenvolvimento tecnológico intenso na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) – 80% dos grupos de pesquisa consolidados do RS, 72% do VAB³ dos setores de alta tecnologia, 16 incubadoras de empresas e 7 parques tecnológicos.
- Identificação da formação do novo eixo de industrialização no eixo RMPA/Vale do Taquari/Vale do Rio Pardo.
- Perda da competitividade das culturas tradicionais (soja, milho, trigo).
- Problemas de infraestrutura social nas cidades médias em decorrência da perda do dinamismo do setor primário, com consequente aumento das migrações rurais.
- Identificação de um cenário de tendência ao agravamento das desigualdades regionais, de difícil reversão.
- Identificação de problemas para a sustentabilidade da cultura do fumo no Estado, especialmente nos vales do Rio Pardo, Taquari e região Sul.
- Identificação de grande potencialidade de novas atividades no Sul do Estado: cadeia de base florestal, setor naval e energias alternativas.
- Identificação de ameaças ao setor de máquinas e implementos agrícolas na região Noroeste do Estado.
- Identificação da necessidade da diversificação da base produtiva do litoral, respeitada a fragilidade ambiental.
- Identificação dos problemas decorrentes da baixa competitividade agrícola (arroz, soja, agricultura familiar) e enfraquecimento da rede urbana na região Central e Oeste do Estado (Santa Maria, Cachoeira do Sul, São Gabriel, Uruguaiana e Caçapava do Sul).
- Identificação do Porto do Rio Grande como indutor da diversificação da matriz produtiva da região Sul.

Estratégias para o Desenvolvimento do Estado

Estratégia 1 – Aumento da Competitividade Estadual

O principal objetivo dessa estratégia era a manutenção e o aumento da competitividade estadual em todos os produtos. O estudo indicou que, entre os produtos agrícolas, apenas na produção de arroz o Estado apresentava a maior eficiência nacional. Nessa medida, estabeleceu-se como objetivo a aproximação, em 2015, aos melhores níveis de eficiência observados no País naquele ano.

Estratégia 2 – Fortalecimento urbano-industrial da rede de cidades médias

O objetivo central era fortalecer as 60 cidades médias selecionadas no Estado com ações de inclusão social que tornassem seus recursos humanos capacitados; de saúde e saneamento básico que as tornassem atrativas para moradia e lazer; e de fortalecimento de serviços tais como transportes, apoio industrial e tecnologia de informação.

Estratégia 3 – Inclusão social

O objetivo era elevar os indicadores sociais aos atuais níveis médios estaduais nas áreas educacional, de saúde, de acesso a serviços públicos, etc. Trabalhava-se, assim, de ações continuadas na área social, em que o Estado deve atuar constantemente, até por força das obrigações constitucionais de universalização do atendimento em educação e saúde.

Estratégia 4 – Conservação do Potencial Ambiental

O objetivo relacionava-se à definição de regras mais claras e precisas sobre as possibilidades de uso do capital ambiental, assim como ao aparelhamento dos órgãos ambientais com recursos humanos qualificados e estudos básicos que permitissem processos decisórios mais ágeis e decisões mais consistentes.

Estratégia 5 – Estrutura de Governança moderna e participativa

Tratava-se de cuidar para que fossem rearranjadas as variadas instituições envolvidas na geração e acompanhamento de iniciativas de modo a promover uma maior fertilidade, efetividade e consequência nas ações. Nessa área, os objetivos envolviam: criação de instâncias regionais de interlocução do Governo estadual com as formas organizadas de expressão regional e municipal; racionalização da operação das estruturas estaduais de administração de modo a diminuir conflitos e ineficiências e promover maior estabilidade institucional; pactuação de planos estratégicos regionais entre Governo e agentes sociais; e contínua capacitação dos agentes intervenientes no Planejamento Regional.

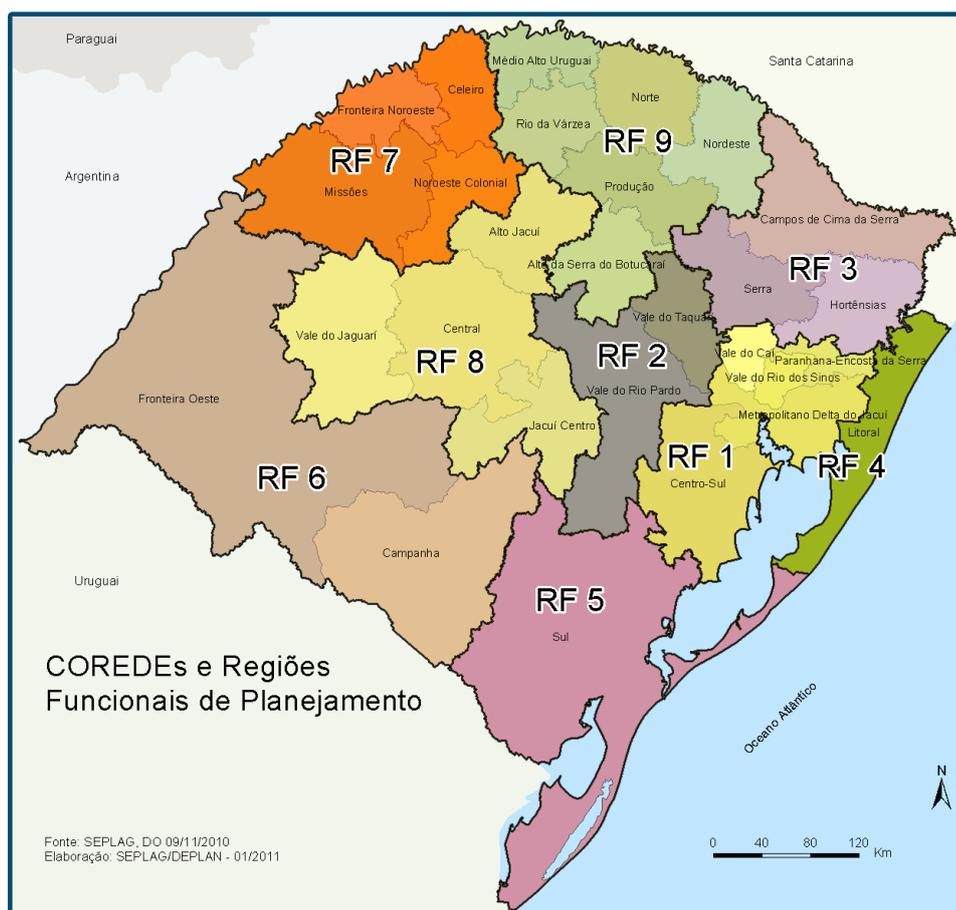
Estratégia 6 – Planos regionais para o desenvolvimento e superação de desigualdades

Para superar desigualdades regionais, o Estudo propunha a ampliação do debate acerca das estratégias e projetos regionais e a realização de planos regionais de desenvolvimento em todas as regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).

Principais propostas do Rumos 2015 – Desenvolvimento Regional

- Agrupamento dos COREDEs em nove Regiões Funcionais (RFs) para otimizar as ações de planejamento, com base nos critérios de polarização, homogeneidade e bacias de emprego.

Figura 1 – Regiões dos COREDEs e RFs, um dos resultados do Rumos 2015



- Proposta de criação de uma política de desenvolvimento urbano para cidades médias, estimulando sinergias e complementaridades, com o objetivo de consolidar polos de desenvolvimento regional. Ações nas áreas da educação, saúde, habitação e saneamento básico. Fortalecimento dos serviços de transportes, apoio industrial e tecnologia de informação.
- Propostas para o aumento da competitividade dos segmentos promissores: acoplamento de assistência técnica efetiva aos critérios de financiamento rural, consolidação da Rede de Incubadoras, Parques Tecnológicos e Programa de Casas de Negócios.
- Propostas de implantação de eixos de integração: ligações com o MERCOSUL, ligações intra e inter-regionais e acessos a 117 municípios.

RF 1 (Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Sinos, Paranhana-Encosta da Serra, Vale do Caí e Centro-Sul)

- **Fortalecimento da região como polo de inovações tecnológicas:** estímulos à criação e ao fortalecimento de empresas de alta tecnologia; consolidação do projeto Porto Alegre Tecnópole; suprimento regional de redes de transmissão de dados de alta velocidade; programa de apoio ao registro de marcas e patentes – criação de um fundo de risco para patenteamento no exterior para universidades e pequenas e médias empresas de base tecnológica, dentre outros.
- **Ordenamento territorial da RMPA:** elaboração do plano diretor regional de transporte de pessoas; criação, consolidação e manejo de áreas protegidas (APA⁴ Delta do Jacuí, por exemplo); criação de incentivos para formação de consórcios municipais, dentre outros.

RF 2 (Vale do Taquari e Rio Pardo)

- **Suprimento Agroindustrial da RMPA:** reconversão gradativa da dependência do fumo, reorganização e fortalecimento do setor agroindustrial relacionado à pequena propriedade.
- **Aproveitamento da Desconcentração Industrial e Tecnológica Metropolitana:** incentivos a segmentos promissores (material de transportes, eletroeletrônico, alimentos e laticínios, químicos, metalúrgicos, fertilizantes, calçados e couros); pesquisas em processos industriais inovadores; suprimento de serviços de base urbano-industrial (plataformas terrestres e áreas industriais), dentre outros.

⁴APA – Área de Proteção Ambiental.

RF 3 (Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra)

- **Aprimoramento dos Clusters Dinâmicos:** suporte às principais cadeias produtivas da região (madeira e móveis, metal-mecânica, frutas e vinho, aves e suínos); criação de instrumentos de apoio à proteção da propriedade intelectual, desenvolvimento do *design* em marcas regionais, apoio à exportação; implementação e manutenção de células setoriais e regionais de vigília tecnológica e mercadológica, articuladas com o sistema estadual de ciência e tecnologia e P&D⁵ em novos produtos e materiais.

- **Ampliação das Atividades Turísticas:** desenvolvimento e promoção de novas rotas turísticas com a integração de outras localidades aos polos consolidados; asfaltamento de rotas turísticas (ligação rodoviária da região dos Aparados da Serra com Santa Catarina, acesso asfáltico ao Itaimbezinho); implantação do Aeroporto das Hortênsias, dentre outros projetos.

RF 4 (Litoral)

- **Turismo e Sustentabilidade Ambiental:** elaboração de macrozoneamento estratégico, econômico e ambiental; incentivos para atração de investimentos turísticos de grande porte; fortalecimento da rede urbana principal (saneamento, habitação e combate à pobreza); implantação da Avenida do Litoral; dentre outros.

- **Diversificação da Base Produtiva:** diversificação do setor agroindustrial, baseada na agregação de valor à produção familiar (agroecologia, olerícolas e frutas); ampliação da produtividade do arroz e silvicultura; e desenvolvimento da base industrial, que atualmente é frágil (serrarias, móveis, confecções), dentre outros.

RF 5 (Sul)

- **Desenvolvimento de Novas Atividades:** incentivos à cadeia naval na região, com a formação de elos de fornecedores, tais como quadros e painéis, metalúrgicas, equipamentos de carga, automação, componentes hidráulicos; geração de energia alternativa a partir do aproveitamento de resíduos florestais, da casca de arroz, da energia eólica, da utilização de biodiesel e gás, e da implantação de pequenas centrais hidrelétricas; fomento a segmentos da cadeia de base florestal na região, tais como formação de áreas de silvicultura, serrarias, papel e celulose, móveis e resinas.

⁵P&D – Pesquisa e Desenvolvimento.

- **Aumento da Competitividade das Atividades Tradicionais:** atividades econômicas existentes (rizicultura, frutas e indústria de processamento desses produtos), por meio de ações de suporte ao empreendedor; difusão de informações tecnológicas; monitoramento hidrológico para controle e outorga do uso da água; incentivo à irrigação; desenvolvimento de pesquisas agropecuárias de novos cultivares; dentre outros.

- **Implantação do Parque Tecnológico regional em Pelotas.**

- **Fortalecimento, Acessibilidade e Ampliação do Porto do Rio Grande.**

RF 6 (Campanha e Fronteira Oeste)

- **Modernização das Atividades Tradicionais e Apoio a Atividades Emergentes:** modernização da cadeia pecuária, induzida pelos frigoríficos voltados à exportação; fortalecimento do modelo de rastreamento de procedência da carne; fortalecimento dos procedimentos para obtenção de certificação de qualidade das carnes; apoio à estruturação da cadeia de base florestal; dentre outros.

- **Fortalecimento das Cidades Médias:** intervenções públicas de combate à pobreza, saneamento e habitação, visando reforçar a estrutura urbana existente; implantação de casas de negócios que centralizem informações; suprimento de rede de transmissão de dados de alta capacidade; implantação de plataformas terrestres e áreas industriais nas cidades de Uruguaiana e Santana do Livramento; dentre outros.

RF 7 (Missões, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste e Celeiro)

- **Fortalecimento e Integração Industrial dos Polos Urbanos:** estímulos aos setores consolidados (máquinas e implementos agrícolas) e em expansão (leite e derivados); implantação de plataformas terrestres e áreas industriais; recuperação da qualidade social e ambiental urbana, dentre outros.

- **Fortalecimento da Competitividade das Culturas Empresariais:** estímulos à irrigação e à diversificação agrícola e ampliação da capacidade de armazenamento; centro de apoio à exportação; pesquisa e divulgação de novos cultivares próprios para irrigação; pesquisa e divulgação de técnicas para irrigação; dentre outros.

RF 8 (Central, Alto Jacuí, Jacuí Centro e Vale do Jaguari)

- **Fortalecimento da Rede Urbana Regional:** aumento da atratividade e da capacidade de irradiação do desenvolvimento dos polos urbanos regionais (Santa Maria, Cruz Alta e Cachoeira do Sul) através de incubadoras para empresas do setor terciário superior, suporte a empreendedores, serviços sociais urbanos; dentre outros.

- **Aumento da Competitividade Agrícola:** ampliação da competitividade da produção de soja e arroz, através de irrigação e melhoria tecnológica; diversificação da base produtiva existente relacionada à produção familiar, fortalecendo a pecuária leiteira, a suinocultura e a hortifruticultura.

RF 9 (Produção, Médio Alto Uruguai, Norte, Nordeste, Botucarái e Rio da Várzea)

- **Fortalecimento da Rede Urbana Regional:** fomento aos segmentos industriais com vantagens comparativas especializadas na região, tais como produtos de origem animal e vegetal, máquinas e equipamentos agrícolas, material elétrico-eletrônico, material de transportes, químico, couro e calçados, madeira, papel e gráfica; implementação de centro de inteligência de mercados para obter e disseminar informações tecnológicas; incentivo e apoio ao desenvolvimento de ações coletivas que atuem na eficientização da região e setores econômicos estratégicos; dinamização do comércio e dos serviços de âmbito regional nos centros urbanos principais do eixo Erechim-Passo Fundo-Carazinho e polos regionais; dentre outros.

- **Estímulo à produção agroindustrial pela integração regional dos pequenos produtores:** diversificação da produção, agregação de valor às produções locais, promoção à capacitação gerencial das pequenas propriedades, incentivos à formação de associações; fortalecimento da defesa agropecuária nas fronteiras e do controle agropecuário entre municípios; incentivo ao processamento de produtos agropecuários pelos pequenos produtores regionais; desenvolvimento de novos cultivares adequados à irrigação, dentre outros.

Principais conclusões do Rumos 2015 – Logística de Transportes

- Diagnóstico do sistema de transportes englobando todos os modais.
- Identificação de 228 gargalos (físicos, operacionais e institucionais) e de 29 elos faltantes do Estado e por região.

- Mapeamento e projeção dos fluxos de transportes de cargas para 25 produtos de grande volume.
 - As soluções para os gargalos e os elos faltantes foram apresentadas em 20 agrupamentos de projetos, englobando todos os modais.
- Excessiva concentração no modal rodoviário.
- Diagnóstico das ameaças e oportunidades do Porto do Rio Grande, dentre elas, identificação de dificuldades de acesso do escoamento da produção ao Porto e necessidade de consolidar mais um eixo longitudinal de ligação.
- Identificação da necessidade de instalação de equipamentos facilitadores da intermodalidade.
- Identificação de gargalos institucionais e operacionais no sistema logístico do Estado.
- Diagnóstico de que a baixa densidade da malha rodoviária era compensada pela boa acessibilidade (90% dos usuários estão a menos de 5 km da malha rodoviária asfaltada).
- Identificação da necessidade de estabelecer uma ligação transversal nas regiões Norte/Nordeste.
- Identificação da necessidade de modernizar a ligação ferroviária entre Cruz Alta/Santa Maria/Rio Grande para reduzir a pressão de carga na malha rodoviária.
- Confirmação do estrangulamento dos acessos à Região Metropolitana de Porto Alegre.
- O portfólio resultou em 151 projetos físicos e 24 projetos de desenvolvimento operacional, legal e institucional (por exemplo: integração dos órgãos fiscalizadores nas fronteiras, elaboração de cartas náuticas eletrônicas).
- Hierarquização dos projetos de infraestrutura, independentemente do modal ou da esfera administrativa responsável (critérios de custo, viabilidade de implantação, demanda e impacto ambiental, dentre outros).
- Implantação de plataformas logísticas de vários níveis, para promover a intermodalidade, permitir a alteração da matriz de transportes e racionalizar os custos de transportes e distribuição de cargas.

- O portfólio dos 106 projetos rodoviários se estendia por cerca de 5.000 km e recebeu 70% dos investimentos em logística. Dos 34 projetos considerados prioritários e urgentes, 19 correspondiam à restauração de rodovias.
- O portfólio dos 10 projetos do sistema ferroviário previa a remodelação de mais de 1.000 km de ferrovias.
- Dos 12 projetos de armazenagem previstos, três correspondiam à construção de armazéns (2,5 milhões de toneladas), e nove projetos correspondiam a melhoramento de armazéns (5,9 milhões adicionais).
- Dentre os projetos do modal aeroviário, foram incluídos os de ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho e construção do novo aeroporto de Caxias do Sul.
- Dentre os projetos de infraestrutura portuária, foram incluídos os de aumento de calado de 40 para 60 pés e de construção de um novo terminal de contêineres e outro de produtos florestais, todos no Porto do Rio Grande. Os investimentos previstos até 2015 somavam R\$ 6,4 bilhões, na construção, recuperação, ampliação e modernização de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, armazéns e plataformas logísticas.

2.5 Agenda Estratégica 2020

A Agenda 2020 era uma iniciativa empresarial para a formulação de uma agenda estratégica para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Teve origem no ano de 2006, proposta pelas seguintes instituições: Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul, Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul, Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Polo/RS e SEBRAE/RS. Sob coordenação da Polo/RS, tratava-se de um movimento efetivamente prático para a mudança de paradigma, que é o engajamento da sociedade na formatação do projeto O Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica do RS 2006/2020.

O pressuposto básico era o de que o Rio Grande do Sul, que sempre apresentou uma matriz produtiva diversificada, com desempenho e posição exportadora importante na balança comercial brasileira, bem como possuía uma cultura socioeconômica marcada pelo arrojo empresarial e solidez tecnológica, vinha tendo essa posição ameaçada.

Essa retração seria, em parte, explicada pelo forte impacto negativo de fatores de competitividade, como falta de investimentos em recursos básicos, clima, câmbio, dentre outros. Para tanto, propunha avançar na construção de uma Agenda Estratégica de longo prazo, uma ação capaz de retirar o Rio Grande do Sul desse confronto contínuo com a crise. Enfim, uma ação compartilhada da sociedade para inverter a lógica tradicional da própria sociedade, que é a de esperar a definição de seu futuro, para um cenário em que ela mesma indicasse o seu caminho.

Participavam da agenda:

- Sociedade Gaúcha: Poder Público (estadual e municipal), empresários, universidades, trabalhadores, partidos políticos, ONGs.
- Conselho da Agenda (articulação): sociedade, trabalhadores, empresários, Governo.

Objetivos da Agenda 2020

Os principais objetivos da primeira onda do projeto eram:

- Estabelecer uma Agenda Estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, considerando a participação e o compromisso dos principais representantes das diversas partes interessadas: representantes de sindicatos, associações, lideranças empresariais, universidades, ONGs, autarquias, Poder Público, etc., com um amplo mecanismo de consulta à sociedade sobre as prioridades do Estado.
- Operacionalizar e implementar a Agenda Estratégica compartilhada entre as partes interessadas, traduzindo-a em: objetivos, indicadores, metas e linhas convergentes de ação estratégica.
- Comunicar e disseminar a Agenda para a sociedade gaúcha.
- Desenvolver mecanismos para promover a mobilização da sociedade no atingimento dos objetivos e metas de desenvolvimento para o Estado gaúcho.
- Implementar um processo de gestão da estratégica do Rio Grande do Sul, formalizado e permanente, para acompanhamento de resultados e avaliação de desempenho.
- Estruturar um modelo efetivo de governança.

O Caderno de Propostas de 2014

No primeiro semestre de 2014, a Agenda percorreu diversas regiões do Estado, reunindo contribuições de voluntários para formular um Caderno de Propostas para ser apresentado aos candidatos ao Governo do Estado. O estudo propunha alternativas em 11 áreas para um horizonte de 20 anos (2015-2035) e uma efetiva rede de soluções, apoiada por especialistas e instituições com um único objetivo: transformar o futuro do RS com base em uma gestão mais eficaz e um planejamento de longo prazo.

Dentre esses temas, sete foram considerados prioridade, tendo em vista o objetivo de transformar o Rio Grande do Sul no melhor lugar para se viver e trabalhar. **Educação, saúde, segurança, infraestrutura, inovação e tecnologia e agronegócio** eram as áreas fundamentais para que o Rio Grande do Sul voltasse a crescer significativamente. Como tema transversal escolheu-se a **gestão pública**.

Para cada tema, foi elaborado um diagnóstico da situação vigente, a demanda exigida pela sociedade e pelos fóruns – tais como universalização da saúde e da educação básica, políticas de prevenção à violência, equilíbrio das contas do Estado, aumento da capacidade de investimento, entre outras – e propostas concretas de desenvolvimento contínuo e sustentável.

Agroindústria

O setor tem um significado estratégico não somente para geração de renda e emprego no campo, mas também para a evolução e para o desenvolvimento de todo o Estado. Os objetivos priorizados foram:

1. Potencializar a competitividade sistêmica das cadeias produtivas do agronegócio, eliminando ou minimizando os gargalos que diminuía a eficiência e limitavam os resultados.

2. Intensificar a integração da produção agropecuária à rede de inovação e tecnologia existente.

O objetivo central nessa área era a manutenção e ampliação da competitividade do agronegócio gaúcho. Para tanto, propunha as seguintes alternativas:

- Reestruturação das estradas, principalmente as de interligação com os eixos rodoviários, melhorando a logística no transporte das safras e insumos (estradas vicinais).

- Ampla utilização da irrigação na produção agropecuária.

- Armazenagem de produtos agrícolas em padrões internacionais, ao nível da propriedade rural.
- Cobertura eficiente de telecomunicações, bem como de energia (necessária à irrigação), em todo o RS.
- Estruturação de um projeto abrangente de segurança rural.
- Elaboração de um plano de competitividade tributária para o RS.
- Fortalecimento da estrutura de defesa sanitária animal e vegetal do Estado.
- Preparação de capital humano para as novas tecnologias, a partir da formação tecnológica e da educação profissional.
- Redução dos entraves burocráticos e do tempo de liberação das licenças ambientais.

Cidadania e Responsabilidade Social

O objetivo central nessa área era promover a participação da sociedade nas discussões das políticas públicas, a partir do fortalecimento dos espaços de cidadania. Para tanto, propunha as seguintes alternativas:

- Implementar espaços formativos e informativos de desenvolvimento de lideranças dentro das regiões do Estado do Rio Grande do Sul.
- Garantir o protagonismo da sociedade civil proporcionando um autodesenvolvimento criativo e empreendedor.
- Proporcionar a interação entre a sociedade civil organizada e o Estado.
- Realizar monitoramento e avaliação dos espaços de participação democrática tais como: conselhos, fóruns, consultas populares, etc.
- Desenvolver tecnologias que potencializem a qualificação para os agentes sociais na perspectiva da participação social na garantia da promoção, proteção e defesa da democracia participativa.
- Desenvolver propostas de metodologias pedagógicas de fomento à cidadania através da busca pela equidade e justiça social.

Desenvolvimento de Mercado

O objetivo principal era fomentar oportunidades de mercado em níveis nacional e internacional, através de três focos primordiais: a melhoria do ambiente de negócios internos, o desenvolvimento de projetos regionais estratégicos e o fortalecimento contínuo das empresas e das pessoas.

- Melhoria do ambiente de negócios internos
 - > Simplificação e desoneração tributária
 - > Redução da burocracia
 - > Controle e revisão das regras fiscais
 - > Estímulo ao investimento privado
 - > Previsibilidade de normas e segurança jurídica
 - > Governança com foco na eficiente gestão dos recursos públicos

- Desenvolvimento de projetos regionais estratégicos
 - > Desenvolvimento e organização de cadeias produtivas
 - > Acesso a mercados, através de acordos de promoção comercial e de atração de investimentos
 - > Desenvolvimento regional
 - > Sistema de Informações Competitivas

- Fortalecimento contínuo das empresas e das pessoas
 - > Desenvolvimento e adequação de produto
 - > Capacitação da gestão empresarial
 - > Atualização tecnológica
 - > Desenvolvimento empreendedor
 - > Criação de um ambiente inovador e de maior valor

Desenvolvimento Regional

O objetivo central era o desenvolvimento equilibrado das regiões do Rio Grande do Sul.

Trabalhar regionalmente na priorização de temas – “pontos de consenso” – através de eventos conjuntos do poder público e iniciativa privada.

- Estruturar um modelo de governança regional, organizando:
 - > Fórum de Articulação com representação equilibrada entre as partes envolvidas, Governo do Estado, COREDEs, associações de municípios, entidades de classe, entre outras, que trabalhariam na definição de pontos ou projetos prioritários para suas regiões.
 - > Entidades existentes nas regiões como agências de desenvolvimento, associações empresariais ou de trabalhadores, fundações, etc., deveriam atuar como “secretaria executiva” na condução dos pontos acordados. Sugeria a adoção do recorte espacial dos COREDEs, uma vez que são instâncias já consolidadas com significativa atuação junto às comunidades regionais e que trabalham na aproximação das necessidades da sociedade com a formulação das políticas públicas do Governo do Estado.

Educação Básica

O objetivo central era a universalização da educação básica de qualidade.

- Garantia de acesso e permanência
- Qualidade da educação para o século XXI
- Valorização do magistério
- Gestão eficiente de recursos

Gestão Pública

O objetivo central era equilibrar as contas do Estado e retomar a capacidade de investimento.

- Alteração na idade mínima e no tempo de contribuição para a aposentadoria

-
- Revisão da pensão por morte
 - Instituição de previdência complementar
 - Fim da incorporação de função gratificada na aposentadoria
 - Alteração do plano de carreira do magistério
 - Mudança do indexador do piso nacional do magistério
 - Redução/limitação dos altos salários iniciais de certas categorias
 - Extinção da Licença-Prêmio
 - Limitadores monetários de reajustes salariais
 - Renegociação da dívida com a União, com ampliação do prazo de pagamento, alteração dos indexadores e redução do limite de comprometimento mensal
 - Aumento da eficiência e da gestão pública
 - Redução da taxa de reposição dos servidores públicos
 - Reformulação dos concursos públicos, com exigências de experiência prévia comprovada (para funções específicas)
 - Evolução por mérito na carreira
 - Publicização de órgãos e entidades públicas nas atividades não exclusivas do Estado
 - Programas que envolvessem a sociedade na fiscalização
 - Transferência da tributação no *e-commerce* dos estados de origem para os de destino
 - Política de irrigação

2.6 Pacto pelo Rio Grande

Por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado, foi lançado, em maio de 2006, o Pacto pelo Rio Grande. O Pacto foi um projeto de mobilização da sociedade gaúcha para a construção de uma agenda mínima de ações/soluções voltadas para o enfrentamento da crise estrutural do Rio Grande do Sul, tratando de temas como déficit estrutural e crise financeira do Estado; modernização da gestão pública e estratégias de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A implementação do projeto foi sustentada na mobilização da sociedade, por meio de suas lideranças e instituições representativas e teve como finalidade a viabilização de um acordo entre os diversos agentes políticos, sociais, culturais e econômicos sobre as medidas necessárias para superar a crise.

Metodologia de elaboração

O Pacto foi viabilizado por meio de um conjunto de seminários com partidos políticos, instituições e regiões (COREDEs), resultando em uma série de compromissos que poderiam constituir um acordo político fundamental para o futuro do Estado. Foram realizadas reuniões abertas com pauta previamente conhecida, nas quais todos foram convidados a refletir sobre os três temas básicos:

- Déficit Estrutural e Crise Financeira
- Modernização da Gestão Pública
- Estratégia de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

Compromissos do Pacto Pelo Rio Grande

1) Implantar o equilíbrio das contas públicas, através da estabilização dos gastos, redução de isenções e melhoria da arrecadação.

2) Renegociar a dívida pública com a União, garantir o repasse de recursos de responsabilidade estadual aos municípios e aprovar uma nova política tributária que fortalecesse estados e municípios.

3) Modernizar a gestão pública, com motivação e capacitação dos servidores, descentralização regional da administração, planejamento e desburocratização do serviço público.

4) Promover o desenvolvimento econômico e socioambiental, através do incentivo à modernização do setor produtivo, melhoria da infraestrutura, otimização do uso dos recursos naturais e busca do equilíbrio entre as diversas regiões.

5) Promover, através de mecanismo supervisionado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES), o acompanhamento das iniciativas: Pacto pelo Rio Grande; Rumos 2015; RS Alternativas de Desenvolvimento; e O Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica 2006-2020.

Agenda Mínima

Implantar o equilíbrio das contas públicas

1 - Estabilizar os gastos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

2 - Implementar o teto remuneratório nos três Poderes.

3 - Regulamentar e implementar o Fundo de Previdência para novos servidores.

4 - Vedar a concessão de anistia fiscal.

5 - Vedar a prorrogação de contratos do FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS.

6 - Integrar as ações de combate à sonegação do Estado, da Receita Federal e dos municípios.

7 - Cobrar a dívida ativa do Estado com maior rigor e eficácia.

Revisar as relações federativas

8 - Renegociar a dívida pública com a União, garantir o repasse dos recursos de responsabilidade estadual aos municípios e aprovar uma nova política tributária que fortalecesse os estados e municípios.

Modernizar e qualificar a gestão pública

9 - Viabilizar programa de capacitação de todos os servidores públicos.

10 - Estabelecer política de reajustes diferenciados que priorizassem os menores salários.

11 - Regionalizar o planejamento, a gestão e o orçamento de forma democrática e participativa.

12 - Integrar e otimizar a gestão com o estabelecimento de indicadores e metas de avaliação de desempenho.

13 - Avaliar a qualidade do gasto e qualificar os serviços públicos, principalmente em saúde, educação, segurança, assistência social e geração de trabalho e renda.

14 - Desburocratizar os serviços públicos, tornando-os mais ágeis e eficientes.

15 - Ampliar o uso da tecnologia da informação e comunicação para melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência da gestão.

16 - Assegurar a continuidade administrativa de projetos bem sucedidos e de obras em andamento.

Promover o desenvolvimento sustentável

17 - Diversificar e fortalecer a matriz produtiva com incentivos à alta tecnologia, à inovação, às fontes limpas de energia e à agregação de valor aos produtos, priorizando o desenvolvimento regional equilibrado.

18 - Valorizar as potencialidades regionais, os arranjos e sistemas locais de produção, as redes de cooperação e as parcerias.

19 - Fortalecer a agricultura familiar e a pequena e média empresa.

20 - Recuperar, modernizar e ampliar a infraestrutura de transportes e saneamento.

21 - Otimizar a utilização dos recursos hídricos.

22 - Promover a capacitação profissional e empreendedora e a responsabilidade social e ambiental.

23 - Gerar trabalho e renda como prioridade das políticas públicas.

24 - Estimular a integração do Estado ao MERCOSUL e a outros acordos internacionais.

Promover a convergência e o acompanhamento de iniciativas

25 - Promover, através de mecanismo supervisionado pelo CODES, o acompanhamento das iniciativas: Pacto pelo Rio Grande; Rumos 2015; RS Alternativas de Desenvolvimento; e O Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica 2006-2020.

2.7 Sociedade Convergente

Iniciativa da Assembleia Legislativa concluída no ano de 2008, o Sociedade Convergente teve como objetivo envolver a sociedade em um processo de planejamento de curto, médio e longo prazos. A ideia era a de utilizar o papel da Assembleia como articuladora e, em conjunto com as demais instâncias institucionais e todos os setores organizados da sociedade, buscar a convergência em torno de soluções para grandes temas do Estado.

O Programa foi idealizado para tratar, de forma estratégica, três eixos estruturantes:

- Serviços públicos: estruturas e meios
- Infraestrutura e desenvolvimento econômico e social
- Planta social e sua dignidade

Os objetivos fundamentais do Sociedade Convergente eram:

- Tornar a participação popular qualificada pelo conhecimento e pela informação.
- Gerar a cultura de pensar estrategicamente, a médio e longo prazos, separando as questões de Estado das contingências conjunturais e de governos.
- Elevar o nível do debate parlamentar e resgatar o verdadeiro papel da Assembleia Legislativa, que é o de articuladora, buscando a convergência positiva rumo ao equilíbrio social do Rio Grande do Sul.
- Utilizar ferramentas que não sejam de conflito, mas de solução, baseadas em uma mesa de interlocução na qual estejam presentes os interesses divergentes, o poder político de decisão e a capacitação técnica para determinado tema.
- Encurtar a distância entre diagnóstico e solução.

Metodologia de elaboração

Para sua implementação, foi utilizada a estrutura do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, que funciona junto à Assembleia desde 1999.

Além dos eixos estruturantes, o Programa Sociedade Convergente ofereceu duas outras ferramentas para temas urgentes ou eventuais:

- **Diálogos de Convergência:** eventos com autoridades ou especialistas para debate, elucidações a respeito ou identificação de problemas, gargalos ou divergências.
- **Oficina de solução:** abordava um tema específico que apresentasse divergências, reunindo os atores envolvidos e representantes de instâncias governamentais, de segmentos da sociedade e do setor produtivo relacionados com o assunto; na busca de soluções ou superação de gargalos.

Foram realizadas nove Assembleias Regionais de Convergência, com sintetização dos debates por um Grupo Executivo de Acompanhamento e elaboração de lista de prioridades por representantes eleitos. A discussão nos eixos foi sustentada por cinco Grupos Temáticos, um para cada tema ou subtema. Foram realizadas 36 reuniões gerais dos Grupos, sem considerar os encontros de trabalho de subgrupos e de relatores e coordenadores.

Os documentos temáticos finais foram apresentados em assembleias estaduais temáticas finais, realizadas em forma de seminários abertos ao público e com exposições de especialistas e autoridades sobre o tema e deliberações.

Resultados do Programa

O Programa resultou em um caderno com contribuições oriundas das reuniões regionais e lista de prioridades apontadas em cada um dos temas; recomendações genéricas para o planejamento do Estado e para a atividade parlamentar (projetos de lei).

2.8 Apontamentos para uma Agenda de Desenvolvimento da Economia Gaúcha

Ao iniciar o seu mandato em 2007, a Governadora Yeda Crusius instituiu como meta principal o desagravo da crise fiscal, em especial, a redução do déficit fiscal anual. Após um forte processo de ajuste fiscal nos anos de 2007 e 2008, o Estado do Rio Grande do Sul atingiu o equilíbrio, tornando possível a gradativa ampliação da taxa de investimento público. Naquele momento, o Planejamento Governamental pôde se tornar uma engrenagem efetiva do desenvolvimento.

Além disso, havia a necessidade de preparação de temas importantes para a orientação dos programas a serem elaborados para o Plano Plurianual que se aproximava, o PPA 2012-2015.

Assim, no ano de 2010, a então Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) trabalhou na elaboração do documento Apontamentos para uma Agenda de Desenvolvimento da Economia Gaúcha, publicado no periódico da Instituição – Estudos DEPLAN, número 2.

Metodologia de elaboração

Nesse trabalho, a Secretaria do Planejamento decidiu utilizar a sua capacidade técnica para a elaboração do documento. Assim, empregou-se como método a realização de oficinas de debates com especialistas em cada um dos temas selecionados e a construção dos textos feita pelos técnicos da Secretaria, conforme passos elencados abaixo:

- Seleção de especialistas de reconhecimento nacional e regional sobre o tema.
- Orientação para que o especialista apontasse, na oficina, problemas da área e sugestões de ações para solucioná-los.
- Realização de oficinas com os especialistas e técnicos da SEPLAG e FEE como debatedores.
- Pesquisa de dados e de documentos de planejamento para dar sustentação e subsídios para elaboração de programas e políticas públicas.
- Elaboração do texto final por técnicos da SEPLAG.

Utilizando esse método, foram realizadas 12 oficinas temáticas, e elaborados nove textos.

Principais Resultados

- Análise do desempenho da economia gaúcha no período pós-redemocratização.
- Identificação de queda na taxa geométrica de crescimento populacional nos COREDEs do arco de fronteira.
- Exibição do contínuo deslocamento das atividades e do emprego industrial de Porto Alegre na direção de Caxias do Sul e Lajeado, esboçando o que tem sido chamado de desconcentração-concentrada.
- Caracterização das nove Regiões Funcionais com seus problemas e potencialidades.
- Identificação dos principais problemas da bovinocultura de corte gaúcha.
- Análise da produção de suínos e aves no Rio Grande do Sul e os impactos da baixa produtividade das lavouras de soja e milho nessas cadeias produtivas.
- Análise da cadeia produtiva do leite.
- Identificação de características e oportunidades no setor de serviços.
- Levantamento da situação e das especificidades do sistema financeiro gaúcho.
- Observações sobre mudanças no comércio internacional e os impactos sobre as exportações gaúchas.
- Identificação das possibilidades de expansão das energias renováveis.
- Análise da participação do Porto do Rio Grande para o desenvolvimento estadual.

Propostas elaboradas

- Criação de uma política estadual de irrigação voltada para o investimento em acúmulo de água e irrigação, treinamento de técnicos e agricultores, reforma de açudes e revestimento de canais de distribuição de água.
- Reforço do papel deliberativo dos Comitês de Bacias.
- Implantação de programas de apropriação tecnológica produtiva e gerencial na criação de gado de corte e qualificação dos operadores de campo.
- Ampliação das pesquisas em sanidade, nutrição e genética animal, assim como em sistemas produtivos de bovinos.
- Criação de políticas voltadas para a ampliação do rendimento das lavouras de soja e milho no Estado.
- Intensificação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a produção leiteira.
- Capacitação da mão de obra para os setores de tecnologia da informação e, complementarmente, em língua inglesa.
- Criação do Arranjo Produtivo Local da saúde, com foco em instrumentos, equipamentos e aparelhos médico-hospitalares.
- Implantação de programa habitacional pelo BANRISUL.
- Ampliação da pauta de exportações gaúcha.
- Atuação das instituições públicas para o estabelecimento de diretrizes, orientação do investimento privado e fornecimento de subsídios técnicos para a cadeia do biodiesel.
- Qualificação de pessoal, investimento em pesquisa, financiamentos específicos e criação de diretrizes para a energia eólica.
- Qualificação continuada da gestão e ajuste do foco de atuação do Porto do Rio Grande; elaboração, desenvolvimento, licenciamento e captação de recursos para implementação de novos projetos para aparelhamento do Porto; diversificação da sua área de especialização; consolidação de sua vocação de porto tipo *hub*; desenvolvimento logístico que possibilitasse integração e articulação dos vários modais com os diversos *stakeholders*; e ampliação da sua hinterlândia e área de influência.

2.9 RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial

O RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial teve como objetivo identificar diretrizes para o desenvolvimento do território do Estado do Rio Grande do Sul em um futuro próximo, a partir da descrição das dinâmicas territoriais recentes.

Partiu do pressuposto de que o desafio de superar os efeitos negativos das desigualdades regionais geradas no processo de desenvolvimento econômico leva à necessidade de se compreenderem os processos que induzem à maior ou menor concentração de atividades e população no território.

O RS 2030 alinhou-se com os resultados dos debates propostos, em 2012 e 2013, pelo Ministério da Integração Nacional, que realizou a primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Incorporou contribuições elaboradas nos âmbitos da sociedade civil e dos governos, para redefinição da política nacional de desenvolvimento regional. Também dialogou com a iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que propôs aos estados, em 2012, a formulação de Agendas de Desenvolvimento Territorial. A esses esforços, somaram-se documentos elaborados pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

A Agenda RS 2030 lançou um olhar prospectivo, com o objetivo de sintetizar percepções comuns ao processo de desenvolvimento territorial do Rio Grande do Sul.

Metodologia de elaboração

O RS 2030 partiu de documentos técnicos, elaborados pela Secretaria do Planejamento e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), sobre a dinâmica territorial recente no Estado do RS e sobre as tendências regionais de PIB, demografia e PIB *per capita*. A esses documentos foram agregados os Textos de Referência, com análises setoriais⁶. Essas análises produziram a síntese das dinâmicas territoriais e demográficas recentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Em um segundo momento, foram elaborados cenários qualitativos sobre o desenvolvimento futuro do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando como referência a síntese da dinâmica territorial e demográfica, as tendências de peso e as incertezas críticas.

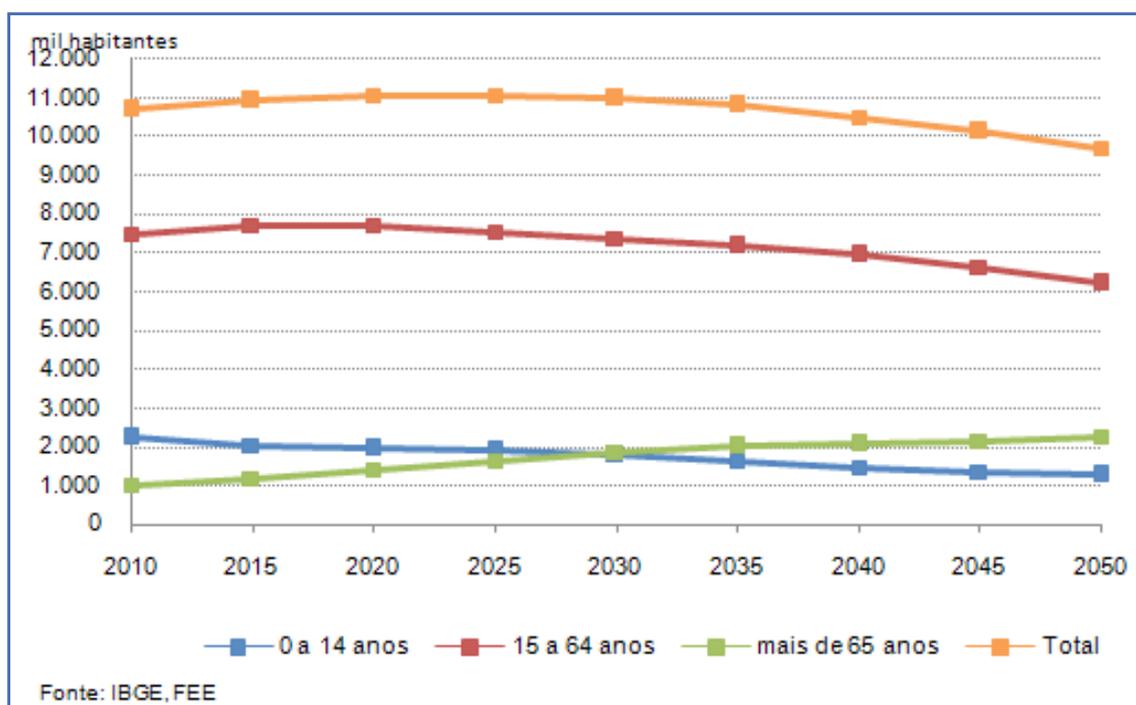
⁶ Os Textos de Referência foram elaborados por técnicos do Departamento de Planejamento Governamental da SEPLAN, tendo sido, recentemente, publicados no nº 3 da Revista Estudos DEPLAN.

Os resultados foram publicados em três cadernos denominados: **Dinâmicas territoriais recentes no Estado do Rio Grande do Sul; Tendências Regionais: PIB, demografia e PIB *per capita*; e Cenários RS 2030.**

Principais Resultados do RS 2030

Identificação das dinâmicas territoriais, destacando-se algumas questões, como o esvaziamento populacional de parte significativa do Estado; os fluxos migratórios gerados pelas novas frentes de investimento — em especial, o Polo Naval de Rio Grande; e questões ligadas ao processo de concentração urbana, no caso do eixo de concentração leste-nordeste expandido a noroeste; além de questões ligadas aos diversos vetores de desenvolvimento econômico e social, em especial a integração econômica com o País e o contexto internacional.

Figura 2 - População do RS, por grupo de idade 2015 a 2050 (em mil hab.)



O exame das tendências demográficas para o período de estudo trouxe uma hipótese central: até o ano de 2030 — em torno de 2025 —, o número de habitantes do território do Rio Grande do Sul deve parar de crescer e começar

a diminuir. Isso, somado à relativa estabilização das dinâmicas territoriais descritas e exploradas nesse trabalho, colocou um ponto de inflexão ao processo de constituição deste território do extremo meridional brasileiro, que deve ocorrer antes do que nas demais regiões do País, salvo um novo fluxomigratório ainda não perceptível nas estatísticas disponíveis. As tendências demográficas apresentaram uma população com características de sociedades maduras, com uma distribuição espacial relativamente estável.

A síntese das dinâmicas territoriais recentes identificou um processo que descreveu três importantes dinâmicas territoriais, com forte impacto para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

- **Esvaziamento da faixa de fronteira:** perda de população significativa dos municípios situados na faixa de fronteira, identificada pela taxa de crescimento negativa desses municípios nos últimos censos.
- **Expansão do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul:** a análise do emprego industrial e de setores intensivos em tecnologia apontou para o deslocamento do vetor de expansão para a direção de Lajeado e Passo Fundo, indicando um lento processo de ampliação desse eixo industrial.
- **Formação de um novo Polo em Rio Grande:** os recentes investimentos, que resultaram na conformação do Polo Naval, já indicavam uma tendência de formação de um novo polo de desenvolvimento nessa região.

As tendências demográficas e regionais, com projeção da distribuição territorial da população e da repartição regional do PIB *per capita* até 2030, reforçaram as hipóteses produzidas e apresentadas na síntese das dinâmicas territoriais e demográficas.

No volume dos Cenários, o RS 2030 apresentou tendências e hipóteses para a economia e a sociedade do RS, a partir do cenário para as economias mundial e brasileira e dos conteúdos dos volumes anteriores.

Reforçou a característica de articulação da economia gaúcha com a nacional, e apresentou, de certo modo, uma dependência da primeira em relação à segunda. Indicou possível oportunidade de desenvolvimento do setor industrial associado às indústrias de bens de capital, especialmente àquelas onde a localização não fosse um aspecto dos mais decisivos.

Referendou a tendência de estabilidade dos padrões demográficos e chamou a atenção para os efeitos do envelhecimento da população nos sistemas de educação, saúde e previdência.

Discutiu os problemas de conectividade do sistema de transporte de cargas do Estado, o desequilíbrio do sistema modal e colocou o desafio de garantir boas condições de conectividade com mercados nacionais, internacionais e entre as áreas de maior concentração urbana e industrial.

Na agropecuária, destacou o desafio de manter e aumentar a produção em um estado que não possui novas fronteiras agrícolas. Para tanto, destacou o papel da irrigação e da introdução de novas tecnologias.

Desafiou a preocupação para com a equidade regional nos investimentos federais e estaduais, inclusive para áreas esvaziadas e especializadas em produtos agrícolas. Também, desafiou o Estado a garantir condições para novas áreas de investimentos.

3 TEMAS PARA UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RS

O Rio Grande do Sul tem um extenso caminho percorrido sobre a construção de uma agenda de desenvolvimento para o longo prazo. Após o fim do planejamento tecnocrático, esse debate foi retomado com a redemocratização do Estado brasileiro e se intensificou depois da estabilidade da moeda, alcançada no início da década de 90, com o Plano Real.

A preocupação com os temas do futuro revela que os governos, em maior ou menor intensidade, têm valorizado os que compõem a sua agenda futura. Apesar disso, a análise documental aqui realizada, mesmo que não exaustiva, mostra que os problemas não são novos e se repetem em todos os estudos e planos desenvolvidos.

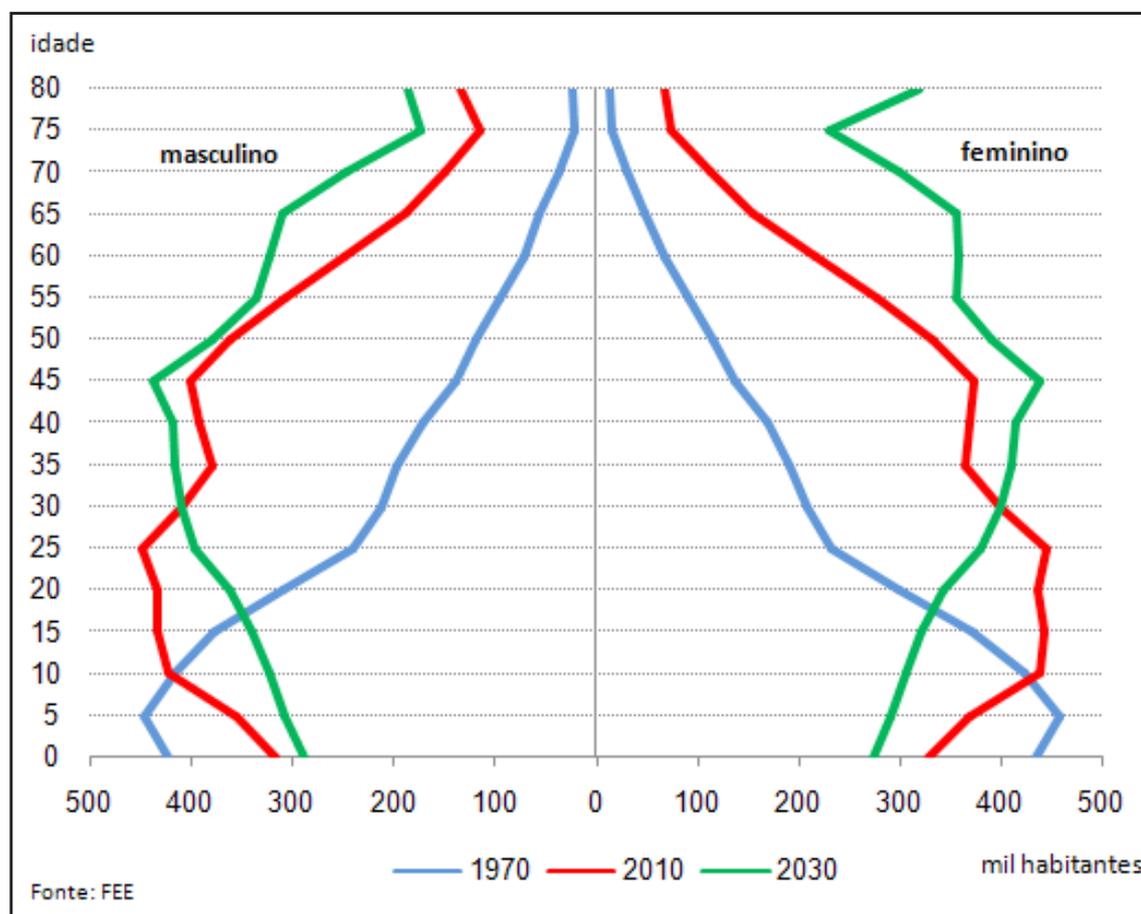
Apontamos aqui alguns temas que fazem parte desse histórico e pretendemos, com o Futuro RS, debater e encontrar soluções que possam contribuir com a construção de um Estado cada vez mais promissor, para o horizonte de 2040.

3.1 O envelhecimento da população gaúcha e as políticas para a saúde e a educação

O debate sobre essa temática, embora já tenha sido objeto de vários estudos, foi intensificado recentemente com o RS 2030, concluído no ano de 2014. Em linhas gerais, trata dos efeitos da transição demográfica que, no Estado, se manifesta de forma precoce em relação ao restante do País. A mudança no modo de vida da população trouxe como consequência a redução da taxa de fecundidade, e os nascimentos passaram a ser inferiores à taxa de reposição populacional. Na mesma linha, o avanço tecnológico e a qualificação das políticas governamentais proporcionaram o aumento da expectativa de vida.

Como resultado, o Estado do Rio Grande do Sul, a exemplo do Brasil, está mudando seu perfil populacional. As populações nas faixas etárias mais baixas vêm diminuindo significativamente, enquanto que as populações nas faixas mais avançadas vêm aumentando drasticamente, como demonstra a Figura 3.

Figura 3 – Distribuição da população por faixa etária e gênero, RS – 1970, 2010 e 2030



Além disso, as projeções demográficas indicam que o Rio Grande do Sul atingirá um contingente máximo de 11 milhões de habitantes em 2025 e, a partir de então, passará por uma redução gradual de sua população absoluta, totalizando 9,7 milhões no ano de 2050. O Rio Grande do Sul deverá ser um dos primeiros estados brasileiros a atingir taxa de crescimento negativa, iniciando um processo gradual de estabilização e redução de sua população.

Esse quadro nos impõe o desafio de debatermos os efeitos dessas mudanças, principalmente sobre as políticas de saúde e educação. Por isso, será objeto de duas oficinas de trabalho, uma direcionada à saúde e outra à educação.

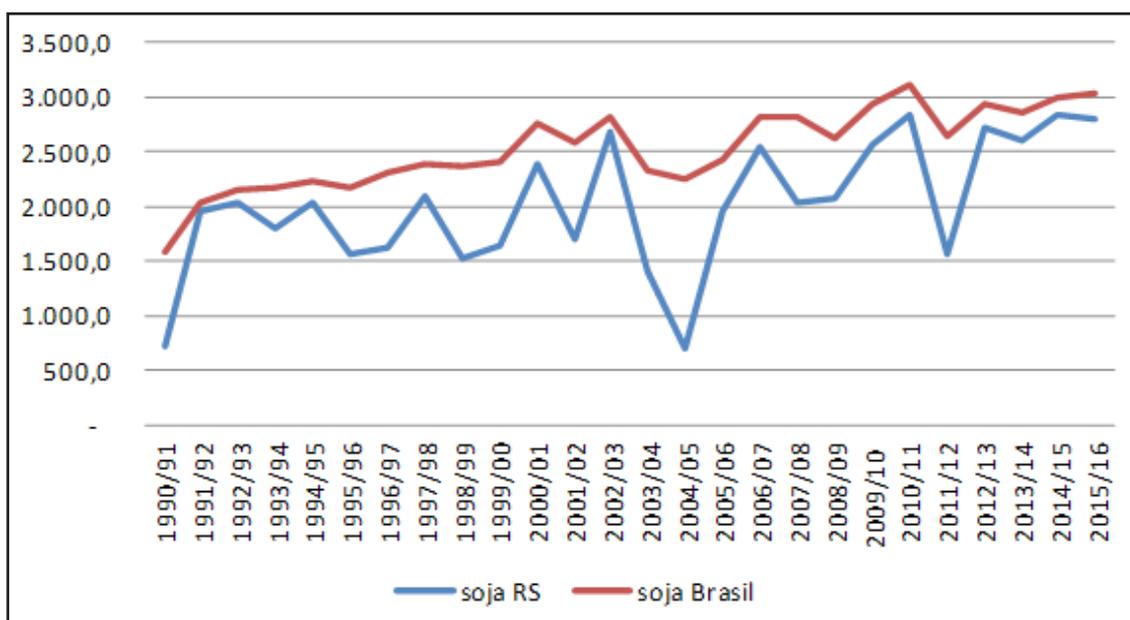
Na saúde, teremos um perfil de doenças mais complexas, característica de uma população mais envelhecida. Nesse sentido, a oficina visa entender o quadro e discutir uma nova forma de inserção dessa população e a qualidade de vida que devemos lhe proporcionar. Também objetiva discutir como deve ser a preparação de nossa rede de saúde a essa nova realidade.

Na educação, teremos que repensar nossa estrutura de ensino e redirecionar os esforços para a sua qualificação. Nesse sentido, a oficina visa entender quais as principais modificações que serão necessárias no planejamento de ações em função dessas mudanças.

3.2 Alternativas para o aumento da produtividade da agropecuária

O tema da produtividade agropecuária também perpassa os diversos estudos já elaborados no Estado. A agropecuária é um segmento de grande importância para a economia gaúcha. A sua participação na economia vai muito além dos cerca de 10% da estrutura do PIB, com efeitos importantes na cadeia industrial, sendo responsável pela dinamização de muitas cidades.

Figura 4 – Produtividade média (kg/hectare) da soja no Brasil e RS 1990-2016



Fonte: CONAB

A ausência de novas terras para a incorporação na produção agropecuária no Estado impõe a necessidade de aumentarmos a produtividade por área, que, em algumas culturas, pode ser ampliada para se alcançar níveis médios nacionais. As culturas tradicionais de sequeiro são exemplos dessa necessidade.

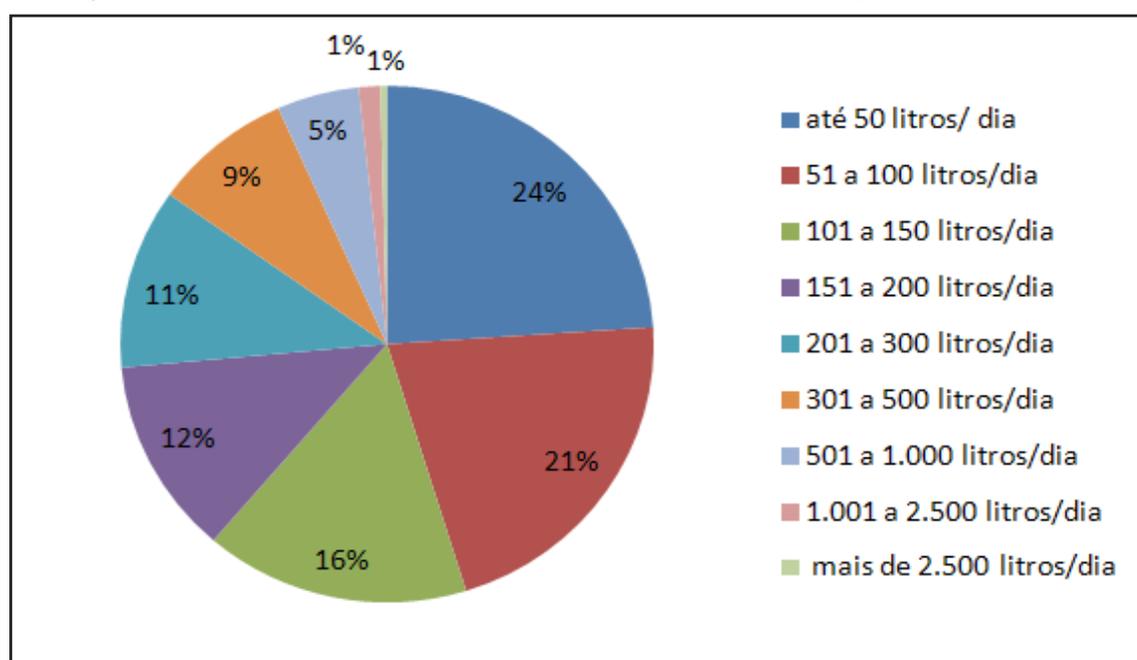
O uso de técnicas mais eficientes é uma alternativa importante para a ampliação da produtividade, especialmente nas pequenas propriedades – que utilizam um nível baixo de tecnologia, como é o caso da irrigação, e que têm abandonado técnicas de manejo dos solos amplamente difundidas na década

de 1970, como a rotação de culturas e o uso de terraços.

Com relação à produção leiteira, o volume produzido e a quantidade comprada para o beneficiamento por indústrias têm sido ampliados ao longo dos anos, chegando, em 2014, a 4,6 bilhões e 3,4 bilhões de litros respectivamente. Contudo, a agregação de valor ao leite tem sido pequena – grande parte da produção é destinada para leite pasteurizado, enquanto laticínios são preteridos pelas grandes empresas.

A produção de leite gaúcha ocorre, basicamente, em pequena escala, sem profissionalização, com baixa qualidade do produto e alta sazonalidade, em virtude de ser uma atividade complementar à agricultura e possuir um manejo produtivo incorreto (como baixa qualidade e quantidade de alimento para os animais; e falta de higiene na ordenha).

Figura 5 - Percentual de produtores por faixa de produção diária de leite



Fonte: Instituto Gaúcho do Leite (2015)

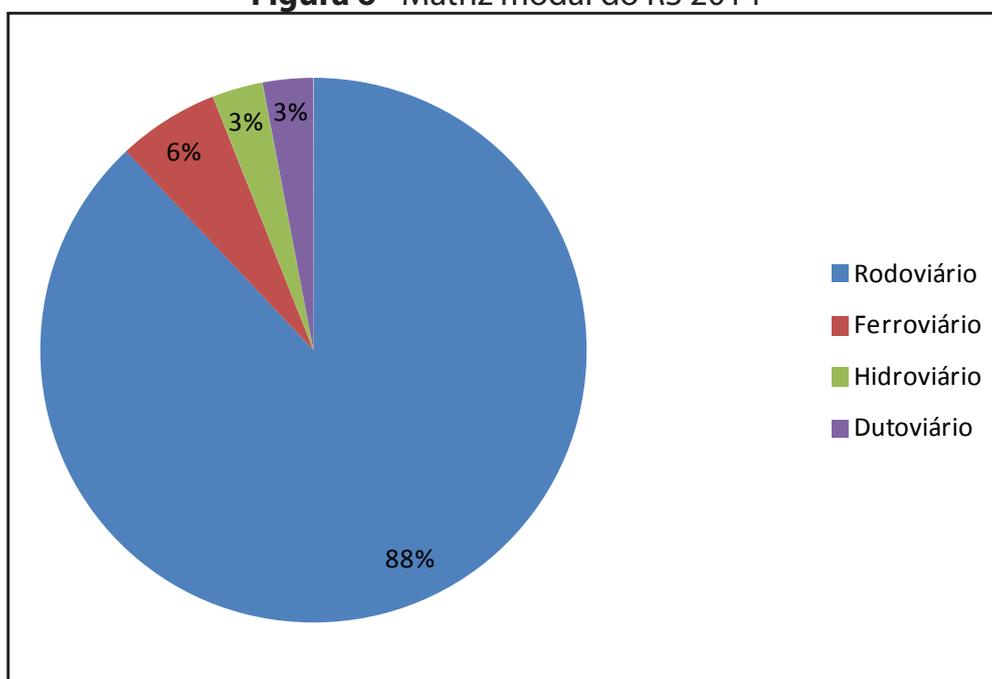
Essas características têm ocasionado baixa remuneração do produtor; altos custos de transporte entre o produtor e a indústria, abrindo oportunidade para criminosos atuarem na fraude do produto – a exemplo do investigado pela Operação Leite Compensado –; além da baixa agregação de valor à produção, como já citado.

Assim, o **Futuro RS** realizará uma oficina com um duplo enfoque. O primeiro visa avaliar quais as principais alternativas para ampliar a produtividade no meio rural, principalmente nas pequenas propriedades. O segundo discutirá o que deve ser feito para aumentar a produtividade e qualificar a produção do leite no Estado.

3.3 Desafios e alternativas para a superação dos gargalos de infraestrutura do Estado

Essa temática também tem sido objeto da maioria dos Estudos já desenvolvidos sobre o futuro do Estado. Convém aqui assinalar que o Rumos 2015, em seu componente de logística de transportes, realizou um aprofundado estudo sobre a situação, os gargalos e as alternativas para o seu equacionamento. Atualmente, essa temática vem sendo objeto do Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT), elaborado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado.

Figura 6 - Matriz modal do RS 2014



Fonte: PELT (2014)

Conforme o PELT a matriz modal do RS apresenta significativa predominância do setor rodoviário que, em t.km/ano, acumula 88% das movimentações, enquanto que o ferroviário detém 6%, e o hidroviário, 3% e o dutoviário 3%.

O crescimento da demanda por transporte é uma tendência que o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) identifica: “aumento da demanda setorial e crescimento acima da taxa média de crescimento da economia” nos próximos anos.

A dinâmica econômica do RS conta com impulsos do setor agropecuário e tem verificado acréscimos de produção e produtividade, sobretudo na cultura

da soja que, de 2,5 milhões de toneladas em 2005, cresceu para mais de 13,25 milhões em 2014, conforme já apontava o Rumos 2015.

Com relação à condição da superfície da malha estadual: observa-se um declínio no percentual de rodovias consideradas perfeitas ou ótimas e um crescimento dos percentuais anotados para a condição de desgastadas ou regulares.

Da mesma forma, a valorização do Polo Naval de Rio Grande impõe que seja repensada sua logística de acesso, com a integração dos diferentes modais. Para que os efeitos positivos não se restrinjam aos municípios de Rio Grande e Pelotas, é necessário desenvolver ações visando sua consolidação e descentralização, como a realização de estudos e planos diretores para estimular o extravasamento do polo. É fundamental desenvolver ações de planejamento de médio e longo prazos para evitar os efeitos negativos do aumento da concentração da população na Região, que se manifestam em aspectos como aumento da violência, déficit habitacional, problemas ambientais e falta de saneamento.

*A oficina do **Futuro RS** deverá discutir as ações que devem ser tomadas para equilibrar a matriz modal do Estado. Também irá buscar possíveis saídas para a crescente demanda por infraestrutura em função do aumento da demanda de cargas de grande volume.*

3.4 Alternativas para a dinamização da indústria de transformação

A indústria de transformação tem maior peso na economia do Rio Grande do Sul do que na brasileira, e tem sentido os fortes impactos da crise econômica recente. Assim, quando a indústria de transformação nacional tem um mau desempenho, os impactos sentidos no Estado são maiores. No período 2003 a 2013, o crescimento da indústria de transformação gaúcha foi, em média, 0,9% ao ano frente a 1,9% da indústria nacional.

Alguns segmentos da indústria de bens de consumo (como alimentos, calçados, fumo e móveis) vêm enfrentando dificuldades no mercado nacional, associadas à perda de competitividade decorrente da elevação dos custos internos. Entretanto, os bens de capital (em especial, máquinas e equipamentos para a agricultura, indústria extrativa e indústria de transformação nacional) vêm mostrando um dinamismo superior ao nacional, induzindo ganhos de produtividade.

A Pesquisa de Inovação (PINTEC/IBGE) de 2013 mostra que a taxa de inovação do Rio Grande do Sul é de 42,24%, maior do que a do Brasil (que é de 35,56%), mas muito menor do que a média da União Europeia (60,90%). Esse baixo esforço

de inovação, em um estado industrializado como o gaúcho, tem implicações sobre o desempenho industrial e sobre a competitividade das empresas. A qualidade do processo de inovação deve ser observada, uma vez que uma assimilação de tecnologias presentes no mercado e desenvolvidas externamente à empresa pode ser considerada uma inovação, mas de efeitos restritos⁷.

O padrão tecnológico das indústrias no Rio Grande do Sul interfere no processo de inovação – o baixo padrão tecnológico contribui para pouco esforço tecnológico e, conseqüentemente, pouca inovação.

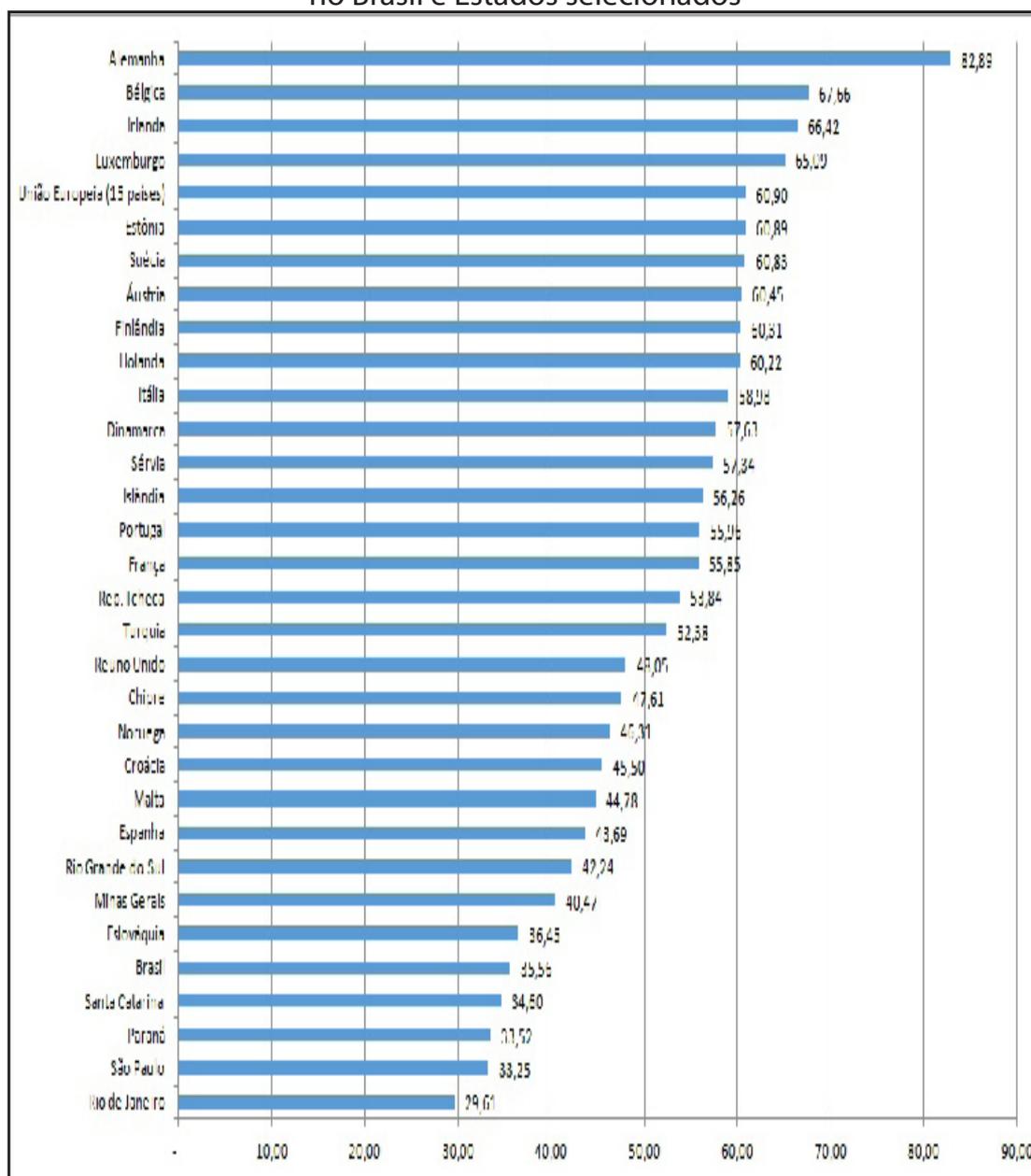
Tabela 1 – Estrutura do Valor de Transformação Industrial, por intensidade tecnológica, das indústrias do RS e do Brasil - 2007 e 2013 (%)

ATIVIDADE INDUSTRIAL	RS		BR	
	2007	2013	2007	2013
Indústria extrativa	0,7	0,8	8,1	13,7
Indústria de transformação	99,3	99,2	91,9	86,3
Baixa tecnologia	42,8	40,8	28,8	30,5
Média-baixa tecnologia	19,6	18,8	30,3	25,3
Média-alta tecnologia	34,4	37,8	26,5	25,1
Alta tecnologia	2,5	1,8	6,3	5,4
INDUSTRIA TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Industrial Anual/IBGE, 2015

⁷ Ciência, Tecnologia e Inovação no Rio Grande do Sul: Indicadores Seleccionados 2014. Porto Alegre: FEE, 2014. 80p.

Figura 7 – Taxa de inovação industrial, em países selecionados, no Brasil e Estados selecionados



O momento favorável às exportações representa uma oportunidade para a nossa indústria. Contudo, os esforços para inovar devem ser ampliados, em especial nos setores da indústria de transformação, que vêm apresentando melhor dinamismo, como o de bens de capital, para que existam ganhos continuados e difundidos por toda a economia.

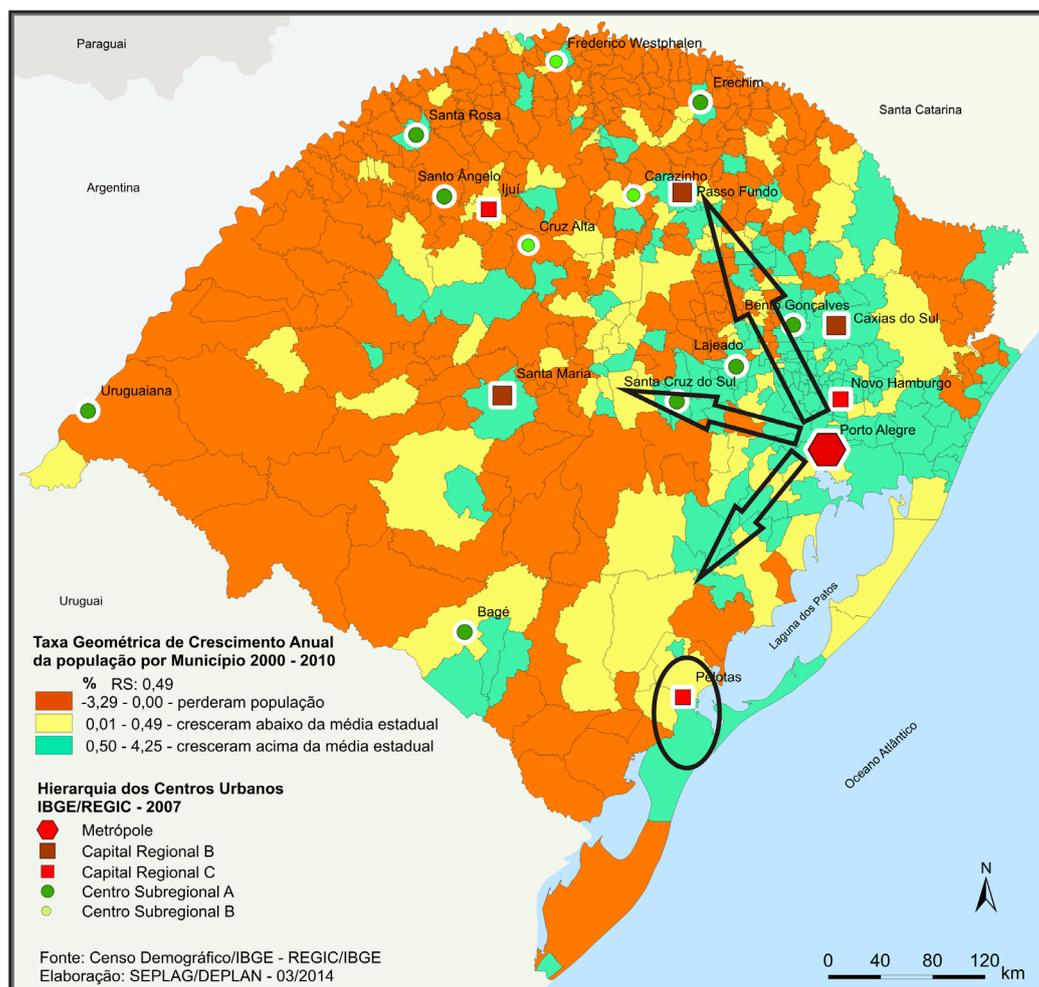
*A oficina do **Futuro RS** busca entender o quadro atual e propor alternativas para dinamizar a indústria gaúcha.*

3.5 Perspectivas para o desenvolvimento regional e o equilíbrio territorial

O Rio Grande do Sul é um dos precursores na preocupação com o equilíbrio territorial. Inicialmente voltada para a questão da Metade Sul, essa temática evoluiu para um nível mais complexo e esteve presente em quase todos os estudos já elaborados no Estado.

A situação atual de esvaziamento da população do arco de fronteira, tanto do sudoeste como do noroeste, é uma questão que pode gerar graves efeitos para o Estado.

Figura 8 – Principais dinâmicas territoriais no Estado



Apoiar as transformações econômicas regionais: estimular a desconcentração das atividades econômicas e dar especial ênfase ao desenvolvimento de novas atividades, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, visando agregar maior complexidade ao setor produtivo dessas regiões é um desafio para o equilíbrio territorial no Estado.

*Sendo assim, o **Futuro RS** busca construir estratégias e propostas para que possamos atuar no sentido de promover o equilíbrio do desenvolvimento regional evitando o esvaziamento de parte do nosso território.*

3.6 O futuro das cidades e a sustentabilidade

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é a área mais densamente povoada do Rio Grande do Sul, concentrando mais de 4 milhões de habitantes – 37,7% da população total do Estado. A RMPA se destaca pela concentração populacional e estrutura econômica complexa, contando com um parque industrial diversificado e um setor de serviços com funções terciárias altamente especializadas. Sua área de influência atinge a quase totalidade das cidades gaúchas, alcançando inclusive municípios situados fora do Estado.

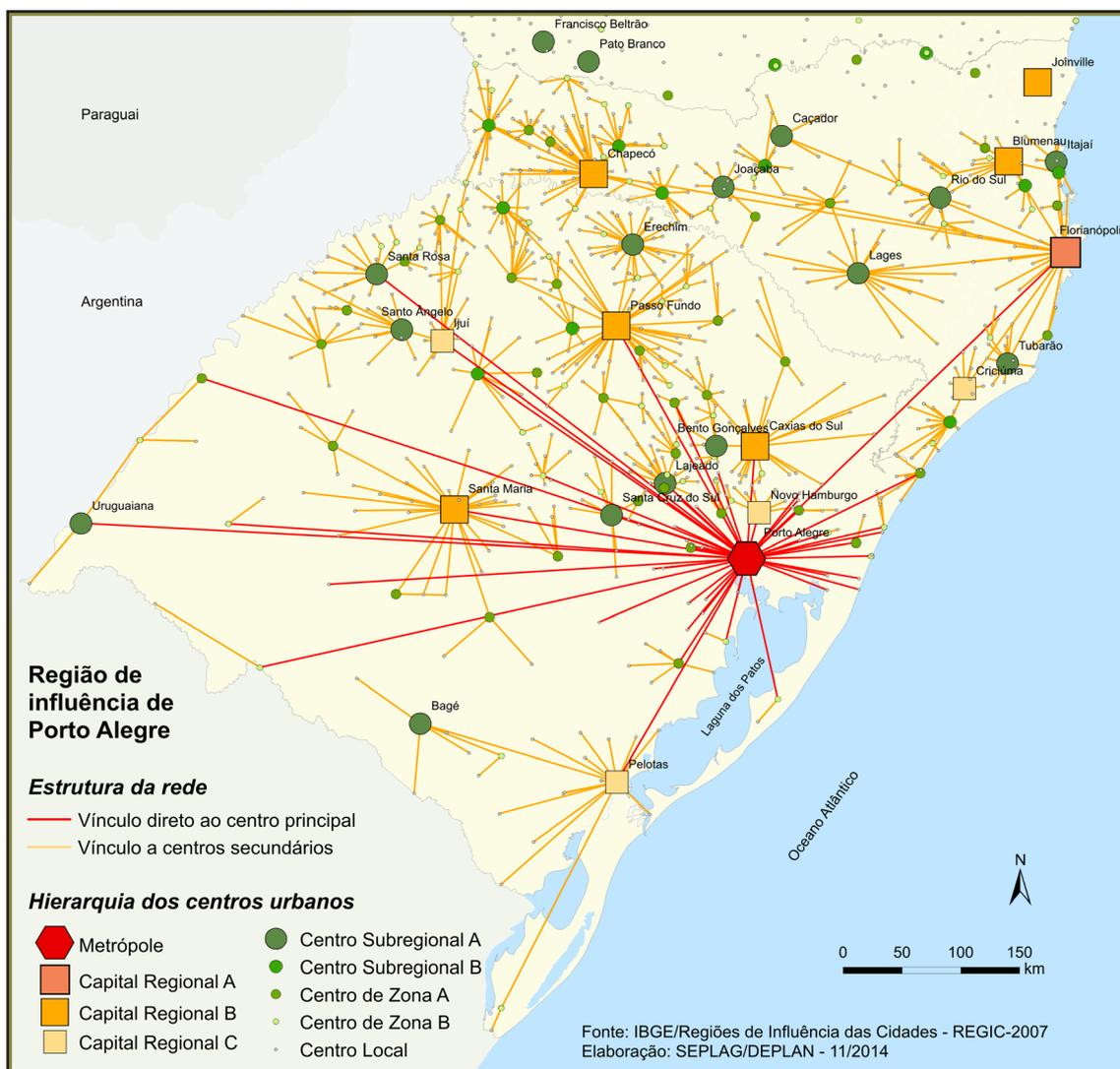
A recentemente criada Região Metropolitana da Serra Gaúcha, com população de 735.276 habitantes – 6,9% da população gaúcha –, forma com a RMPA um eixo de ocupação de direção norte-sul com características econômicas muito dinâmicas.

O Estado possui duas outras aglomerações urbanas. A Aglomeração Urbana do Sul, formada pelos municípios de Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Arroio do Padre e Capão do Leão que, somados, apresentam uma população de 578.034 habitantes (IBGE, 2010). Já a Aglomeração Urbana do Litoral Norte soma 283.959 habitantes e é formada por 20 municípios que, na última década, apresentaram elevado grau de urbanização e de crescimento demográfico.

Às regiões metropolitanas e aglomerados constituídos, adiciona-se uma rede de cidades bem estruturada e distribuída territorialmente, com hierarquia e especializações bem definidas. Passo Fundo e Santa Maria apresentam destaque na hierarquia urbana, sendo importantes referências na prestação de serviços. Novo Hamburgo, Pelotas e Ijuí também são classificadas como capitais regionais. Outras cidades como Bento Gonçalves, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Erechim, Santa Rosa, Santo Ângelo e Bagé completam os centros de maior hierarquia.

Pela especialidade, podem ser acrescentadas a rede de cidades gêmeas, que se estendem junto à fronteira com o Uruguai e a Argentina, e o eixo turístico da Serra Gaúcha, com destaque para Canela e Gramado.

Figura 9 – Rede de Cidades



Assim, alguns desafios se colocam para o futuro do Estado do ponto de vista das cidades. A concentração das atividades econômicas no território poderá gerar deseconomias e graves efeitos ambientais, se não houver um adequado acompanhamento e regramento de sua expansão. Por outro lado, as cidades são um motor de transformação e de melhoria de vida da população.

Considerando nossa rede de cidades e o papel que estas desempenham no modo de vida atual, o **Futuro RS** discutirá a rede de cidades como um vetor de desenvolvimento, equilíbrio territorial e qualidade de vida. Além disso, buscará discutir as alternativas para a sustentabilidade do desenvolvimento das cidades.

3.7 Inteligência e tecnologias para a qualificação da segurança do RS

Combater a criminalidade, reduzir a violência e garantir segurança é um dos maiores desafios para o poder público e para a sociedade.

Uma das alternativas que tem mostrado mais significado para a melhoria dos processos e para o combate à criminalidade é o desenvolvimento do setor de inteligência policial e o uso de novas tecnologias. Esse setor visa produzir conhecimento sobre a atividade da segurança para subsidiar a análise ostensiva e judiciária.

Recursos como o cercamento eletrônico, o desenvolvimento de *softwares* e a adoção de sistemas georreferenciados podem facilitar as ações de segurança. Aparelhos como o analisador automático de DNA, podem garantir a otimização da técnica de genotipagem, usada na resolução de crimes, chegando à identidade do criminoso, economizando tempo e recursos humanos.

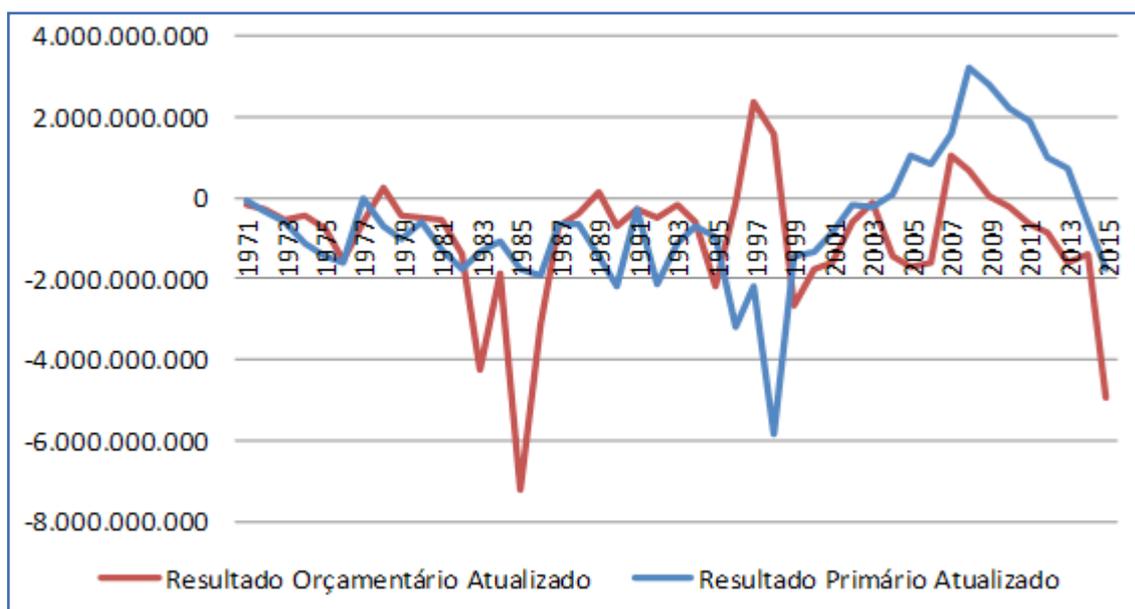
*A oficina do **Futuro RS** deverá discutir como a utilização desses recursos pode melhorar os serviços de segurança ofertados pelo Estado. Adicionalmente, analisará quais os principais avanços tecnológicos e processos que devem ser incorporados à ação policial no futuro, considerando as tecnologias existentes e as melhores experiências.*

3.8 Alternativas para as finanças públicas do Estado

As contas públicas estaduais têm apresentado déficits recorrentes ao longo das últimas quatro décadas. Entre 1971 e 2015, 45 anos, somente em sete as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas empenhadas, e a situação previdenciária tem um impacto muito forte para esse resultado, (Figura 10).

No sistema de repartição simples, único sistema utilizado até 2011, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado contribui com a parte patronal, na antiga proporção de duas vezes a contribuição pessoal. Esses recursos são insuficientes e têm que ser suplementados pelo Tesouro, o que resulta no chamado déficit previdenciário. Desde 2000, os proventos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com os vencimentos do pessoal ativo.

Figura 10 – Evolução dos Resultados Orçamentário e Primário atualizados pelo IGP-DI



Fonte: Mensagem do Governador à AL - 2016

Em 2000, a Administração Pública Estadual (Direta, Fundações e Autarquias) possuía 345.041 matrículas, sendo 174.428 ativas contra 170.613 matrículas de inativos. Já ao final de 2014, havia 372.011 matrículas, sendo 173.573 ativas contra 198.438 vínculos de aposentados e pensionistas. Entre 2000 e 2014, enquanto os ativos tiveram um decréscimo de 855 matrículas, o quantitativo dos inativos e pensionistas teve um crescimento líquido de 27.825 vínculos, em média 1.855 novas matrículas anuais. Em 2005, o déficit previdenciário foi de R\$ 2,6 bilhões; já em 2015, saltou para R\$ 7,7 bilhões.

O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com as Leis Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011, que criaram o sistema de capitalização. Além disso, através da Lei Complementar nº 14.750, de 15/10/2015, foi criado o regime de previdência complementar.

Destaca-se que, no médio prazo, o déficit previdenciário estadual caminhará para um pico sem precedente. Tomando-se que os novos servidores estão abrigados no sistema de capitalização e no sistema complementar, é lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria, entre 15 e 20 anos – o Tesouro estadual não contará mais com as receitas das contribuições dos servidores ativos, resultando em um aumento significativo do déficit previdenciário. Contudo, no longuíssimo prazo – entre 25 e 30 anos – serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro, paulatinamente, começará a ser menos pressionado.

Tabela 2 – Déficit Previdenciário, em Valores Nominais Empenhados, em milhões de Reais

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gasto com Aposentadorias e Reformas	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298	9.524
Gasto com Pensões	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430
Total Gasto com Aposentadorias e Pensões (A)	4.013	4.454	4.866	5.229	5.793	6.493	7.238	8.141	9.246	10.500	11.955
Contribuição Pessoal Previdenciária ao RPPS	476	544	608	614	657	715	856	861	1.109	1.344	1.411
Contribuição Patronal (2 x Contribuição Pessoal)	951	1.088	1.216	1.228	1.315	1.430	1.713	1.722	2.218	2.688	2.822
Total Contribuições = Pessoal + Patronal (B)	1.427	1.631	1.824	1.842	1.972	2.145	2.569	2.583	3.326	4.031	4.233
Déficit Previdenciário = (B - A)	-2.585	-2.822	-3.042	-3.387	-3.821	-4.347	-4.669	-5.558	-5.919	-6.469	-7.721
% Contribuições s/Gasto Previdenciário = (B / A)	35,6	36,6	37,5	35,2	34,0	33,0	35,5	31,7	36,0	38,4	35,4

Fonte: Mensagem do Governador à AL - 2016

*Assim, o **Futuro RS** pretende contribuir para a construção de alternativas para equilibrar as finanças públicas gaúchas no longo prazo.*

4 REFERÊNCIAS

AGENDA 2020. **O Rio Grande que a sociedade quer**. Disponível em: <agenda2020.com.br>. Acesso em 4 mar. 2016.

RIOGRANDEDOSUL. Apontamentos para uma agenda de desenvolvimento da economia gaúcha. **Estudos DEPLAN**, Porto Alegre, nov. 2010. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134102-20150625171916apontamentos-para-uma-agenda-de-desenvolvimento-da-economia-gaucha.pdf>>. Acesso em 4. Mar. 2016.

_____. **Marco referencial PPA 2004/2007**. Disponível em: <http://www.sites.planejamento.rs.gov.br/Marco_Referencial/inicial.htm>. Acesso em 4. Mar. 2016.

_____. **Pacto pelo Rio Grande: um compromisso de todos**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2006.

_____. **Projeto RS 2010**. 13V. Disponível em <<http://planejamento.rs.gov.br/estudos-sobre-o-rio-grande-do-sul-periodo-1938-1998>>. Acesso em 4 mar. 2016.

_____. **Relatório Sayad**. 6V Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/estudos-sobre-o-rio-grande-do-sul-periodo-1938-1998>>. Acesso em 4 mar. 2016.

_____. **RS 2030: agenda de desenvolvimento territorial**. Porto Alegre: FEE, 2014. 3V. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134054-20141210093037volume-3cenarios.pdf>>. Acesso em 4 mar. 2016.

_____. **Rumos 2015: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SCP, 2006. 5V. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>>. Acesso em 4 mar. 2016.

_____. **Sociedade convergente: cadernos de convergência: relatório final**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwisyZechfHOAhUKH-JAKHcXtDdkQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.al.rs.gov.br%2Fforumdemocratico%2FLinkClick.aspx%3Ffileticket%3DC7oK0KF9z7U%-253D%26tabid%3D3232%26mid%3D4652&usg=AFQjCNE3BCFZAws2jAlhgxL-Z7kWpRT4XyQ&sig2=UUhzOYF8Yz-wCnfX4Zrqkw&cad=rja>>. Acesso em 4 mar. 2016.

Anexo 1 - COMPARATIVO PLANOS DE LONGO PRAZO RS

DOCUMENTO	INICIATIVA	MÉTODO	ESTRUTURA	CENÁRIOS	PRODUTOS
Reatório Sayac	FERGS - 1989		Documento em dois volumes: Fficação na Administração e Avaliação do Setor Público. O último subdividido em seis itens: a) Presença e Funções do Estado; b) Sistema Financeiro Estadual; c) Sistema Tributário Estadual; d) Integração das Esferas; e) Gestão Administrativa Direta; f) Recomendações.		Recomendações sobre reestruturação da Administração Pública, sobre o sistema tributário estadual, sobre este e as sobreposição e sobre a gestão descentralizada.
RS 2010	Governo RS - 1998	Consultação de consultores e constituição de comissões técnicas. Elaboração de cenários por equipe de consultores e elaboração do estudo dos temas pelas equipes técnicas com apoio de consultores, com avaliação da situação e exploração de perspectivas futuras, com indicação de direções para investimentos. Realização de audiências com a participação de representantes de universidades, entidades empresariais e entidades sindicais. Realização de algumas reuniões regionais.	Volume denominado Nales para uma Estratégia e 12 cadernos temáticos na forma de textos para discussão. Agregados macroeconômicos e balança comercial: Agribusiness Indústria, Comércio e Turismo, Desigualdades regionais; Emprego; Pobreza urbana; Pobreza rural; Educação; Segur. financeiro; Infraestrutura; Capacitação competitiva	Para a Economia Nacional foram desenvolvidos 2 cenários e adotado o de ajuste a médio prazo e crescimento vigoroso a partir de 2001. Para a economia Gaúcha foram desenvolvidos 3 cenários: Continuidade; Reconstrução, que considera a hipótese de reconcentração industrial no norte de São Paulo; Crescimento, que espelha no "clima de investimentos" e na melhoria da infraestrutura para reverter o quadro negativo.	Volume com conclusões para posterior definição sobre uma estratégia de desenvolvimento para o Estado, diagnósticos e avaliações sobre as questões emergentes nas 12 áreas dos cadernos temáticos.
Matriz Referência de PPA 2004-2007	Governo RS 2002	Consultação de consultores e formação de Equipe com a coordenação da Secretaria. Realização de Discussões e seminários com convocação de externos e autores dos documentos originais, visando à releitura do RS 2010; oficinas de problematização; produção de estatísticas tabeas, mapas e textos para discussão feitos pelos consultores com a ajuda e pela Equipe da Secretaria.	Documento dividido em três partes: 1 - Introdução e Síntese dos Resultados das Pesquisas e Estatísticas; 2 - afirmações e Análises estatísticas (Análise de desempenho comparado das economias gaúcha e brasileira, no período 1947-2001); 3 - Treze Textos para Discussão.		Diagnósticos, informações estatísticas e análise. Aparentemente para a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007
RJMS 2015	Governo RS - 2006	Elaboração de Termo de Referência - Licitação Internacional; elaboração e ajuste de Plano de Trabalho; Formação do Equipe de Consultoria; formação de uma Equipe de Avaliação SEPLAB; Criação do Equipe de Acompanhamento Administrativo - SEPLAB Apresentação do perfil regional dos COREDES; Workshops com unidades das universidades em temas e capacidades produtivas; reuniões de apresentação das propostas nas 8 regiões Funcionais de Planejamento	Reatório Síntese e 5 volumes: O Desafio do Desenvolvimento regional e estratégias para o Estado; Perfil, Estratégias e Planos para as Regiões (I); Perfil - Estratégias e Planos para as Regiões (II); A Logística de Transportes no Desenvolvimento Regional; Propostas para o Sistema Logístico do Rio Grande do Sul.	Projeções de variáveis econômicas e sociais. Utilização de Modelo Interregional de Equilíbrio Geral Computável - BMARIA (Haddad, 1999). elaboração de dois cenários: Cenário Tendeencial: Situação provável para a qual caminharão as economias do País e do Estado e reflexos regionais; Cenário Empreendedor: considera os efeitos da carteira de projetos.	Ampla diagnóstico sobre desenvolvimento regional infraestrutura e logística do Estado. Elaboração de Estratégias, Programas e Projetos para o Estado e 8 regiões de planejamento com escopo, metas, responsabilidades, valores por PPA e fontes de recursos. Elaboração de propostas para a superação dos gargalos de infraestrutura e logística do Estado, organizado por agrupamentos.
Agenda 2020	FIERGS, FOCOMÉRCIO, FODFRASJI, FODL, FARSUL - 2006	Fóruns temáticos organizados por setores, periodicamente para 11 áreas (Agropecuária; Cidadania e Responsabilidade Social; Desenvolvimento de Mercado; Desenvolvimento Regional; Educação Básica; Gestão Pública; Infraestrutura; Inovação e Tecnologia; Meio Ambiente; Saúde; e Segurança).	Iniciativa elaborada para o período 2006-2020. No ano de 2014, foi lançado o Governo de Propostas para o período 2015-2025 nas 11 áreas, sendo sete áreas consideradas prioritárias para o crescimento do RS (Gestão Pública; Saúde; Educação; Segurança; Inovação; Agropecuária; e Infraestrutura).		Documento com diagnósticos sintéticos, objetivos e ações para cada uma das 11 áreas.

<p> Pacto pelo Rio Grande Assembleia Legislativa 2008 </p>	<p> Reuniões abertas com pauta previamente conhecida em que todos foram convidados a refletir sobre os 7 temas básicos: Déficit Estrutural e Crise Financeira; Modernização da Gestão Pública; Estratégia de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. </p>	<p> Documento com três eixos: I. Déficit Estrutural e crise financeira; II. Modernização da gestão pública; III. Estratégias de desenvolvimento econômico, social e ambiental. </p>	<p> União: não ampliação das alíquotas do ICMMS e ampliação do orçamento para o copo do social em 3% no período do Pacto (2007-2010). </p>	<p> Agenda mínima com os compromissos: 1) Implantar o equilíbrio das contas públicas, através da estabilização das gastos, redução de despesas e melhoria da arrecadação; 2) Renegociar a dívida pública com a União, garantir o acesso de recursos de responsabilidade estadual aos Municípios e aprovar uma nova divisão tributária que fortaleça Estados e Municípios; 3) Modernizar a gestão pública, com a motivação e capacitação dos servidores, descentralização regional da Administração, planejamento e esburocristização do serviço público; 4) Promover o Desenvolvimento Econômico e Social orientado, através do incentivo à modernização do setor produtivo, melhoria da infraestrutura, otimização do uso dos recursos naturais e busca do equilíbrio entre as diversas regiões do Rio Grande; 5) Promover, através de mecanismos supervisionados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODESE), o acompanhamento das iniciativas Pacto pelo Rio Grande; Rumos 2015; R5 Alternativas de Desenvolvimento e O Rio Grande sob Quilombos – Agenda Estratégica 2006-2020. </p>
<p> Sociedade Convergente Assembleia Legislativa 2008 </p>	<p> Seminários regionais para exposição de temas e recolhimento de contribuições relacionadas à Assembleia Regionais de Convergência, com sistematização dos debates por um Grupo Executivo de Acompanhamento e elaboração de lista de prioridades por representantes locais. Teve por objetivo embasar o planejamento do Estado e subsidiar a elaboração de projetos de lei e iniciativas parlamentares para formulação de políticas públicas pertinentes. </p>	<p> Temas: Estruturas e Meios – Causas e Consequências do Desequilíbrio do Estado; Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Infraestrutura – Transportes, Energia e Saneamento. </p>		<p> Caderno com contribuições oriundas das reuniões regionais e lista de prioridades acordadas em cada um dos temas. Recomendações para o planejamento do Estado e para a atuação parlamentar (projetos de lei). </p>
<p> Estudos DEPLAN. Apontamentos para uma agenda de desenvolvimento da economia gaúcha Governo RS – 2010 </p>	<p> Workshops com especialistas de cada temática, instâncias e apontar problemas da área e ações para a sua solução, realizada pela equipe técnica do DEPLAN da Secretaria de Planejamento. </p>	<p> Documento com nove artigos-síntese dos diagnósticos e alternativas de soluções apresentados em cada um dos workshops. </p>		<p> Apontamentos para a elaboração de uma agenda para crescimento econômico, desenvolvimento regional, agricultura, produção de arte e indústria de materiais, setor de serviços, sistema financeiro estadual, exportações químicas, matriz energética e Porto do Rio Grande. </p>
<p> RS 2030 Governo RS – 2014 </p>	<p> Estudo realizado pela equipe do DEPLAN e da FEE. </p>	<p> Três cadernos: Dinâmicas Territoriais Recentes no Estado do Rio Grande do Sul; Tendências Regionais: PIB, demografia e PIB per capita; Cenários RS 2030. </p>	<p> Projeção do cenário econômico e PIB e demografia no período 2000-2010 para estabelecer os parâmetros essenciais para 2030. </p>	<p> Caderno de Dinâmicas Territoriais e Demográficas: demonstra convergência espacial de população e do desenvolvimento; Caderno de Tendências Regionais de PIB e Demografia: dinâmica deste setor, estrutura produtiva e melhoria na distribuição, convergência de população na região leste e do RS e melhoria na distribuição do PIB per capita estadual, sem que ocorra necessariamente, um aumento significativo da produtividade das regiões de menor crescimento; Caderno de Cenários RS 2030: análise setorial e apontamentos para agenda de desenvolvimento. </p>



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO